



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CAMPO GRANDE - MS

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

Outubro
2013

1 INTRODUÇÃO

1.1- Histórico da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Odontologia de Campo Grande, a qual marcou o início do ensino público superior no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, os cursos foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, que reformulou a estrutura anterior, instituindo departamentos e criando o curso de medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado criou, em Corumbá, o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando, dessa forma, a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT.

Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979.

Tomando-se como centro de um círculo hipotético, a Cidade Universitária em Campo Grande- UFMS, abrange uma extensa área geográfico-educacional que resulta num raio de mais de 500 Km e atinge todos os municípios de Mato Grosso do Sul, os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná e os países limítrofes, Paraguai e Bolívia, de onde se origina grande parte de seus alunos-convênio.

Além da sede em Campo Grande, em que funcionam três centros – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) e Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), a UFMS mantém Campus nos municípios de Aquidauana, Corumbá, Coxim, Dourados, Parnaíba e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais pólos de desenvolvimento do estado.

Em 2001, os campi de Coxim e Parnaíba foram implantados. Em 2006 foram implantados os Campus de Chapadão do Sul e Nova Andradina, sendo que nesse mesmo ano, o Campus de Dourados fora transformado em Universidade Federal da Grade Dourados-UFGD. No ano de 2009 era inaugurado o Campus de Bonito-MS.

Foram beneficiados pelo programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-REUNI, 2008-2012 os Campi de Aquidauana, Chapadão do Sul, Pantanal/Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porá, Três Lagos e Bonito.

Visando ultrapassar os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a UFMS vem participando ativamente da preservação dos recursos naturais do meio ambiente, especialmente da fauna e flora do Pantanal, região onde está inserida e que motiva estudos e pesquisas ecológicas na Instituição.

1.2 Histórico de Centro de Ciências Humanas e Sociais-CCHS, da UFMS.

O Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) foi criado, em 1980, em Campo Grande. No CCHS funciona o Conselho de Centro, órgão consultivo e

deliberativo, em matérias administrativas, didático-científicas, acadêmicas e curriculares. No CCHS são ofertados, atualmente, 19 Cursos de Graduação, sendo que, 3 são oferecidos, sob a modalidade Educação a Distância (EaD) e 16 são ofertados, na modalidade presencial. São eles:

Modalidade de Ensino a Distância (EAD):

- Administração – Bacharelado. Autorizado UAB/PP/MEC, criado pela Resolução COUN nº 10, de 06.04.2006;

- Administração Pública – Bacharelado. Autorizado UAB/MEC, criado pela Resolução COUN nº 63, de 01.09.2011;

Modalidade Presencial:

- Administração (diurno) – Bacharelado. Criado pela Resolução COUN nº 42, de 22.09.1994;

- Administração (noturno) – Bacharelado. Criado pela Portaria RTR nº 91-A, de 20.10.1980;

- Artes Visuais – Bacharelado – Habilitação em Artes Plásticas: criado pela Resolução COUN nº 24, de 06.06.1990;

- Artes Visuais – Licenciatura – Habilitação em Artes Plásticas: criado pela Portaria RTR nº 91/A, de 20.10.1980; - - Ciências Econômicas – Bacharelado. Criado pela Resolução COUN nº 7, de 28.03.1990;

- Ciências Sociais – Bacharelado. Criado pela Resolução COUN nº 27, de 28.07.1999;

- Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) – Bacharelado. Criado pela Resolução COUN nº 4, de 20.04.1988;

- Educação Física – Licenciatura (diurno): criado pelo Parecer CEE/MT nº 28-A, de 27.02.1971;

- Filosofia - criado pela Resolução COUN nº 48, de 25.08.2009;

- História – Licenciatura: criado pela Resolução COUN nº 10*, de 03.05.2001;

- Letras (Habilitação em Português/Espanhol) – Licenciatura. Criado pela Resolução COUN nº 60, de 20.09.1990;

- Letras (Habilitação em Português/Inglês) – Licenciatura. Criado pela Resolução COUN nº 6, de 16.09.1987;

- Música (Habilitação em Educação Musical) – Licenciatura. Criado pela Resolução COUN nº 5, de 22.04.2002;

- Pedagogia – Licenciatura. Criado pela Portaria RTR nº 91/A, de 20.10.1980;

- Psicologia – Bacharelado. Criado pela Resolução COUN nº 10*, de 03.05.2001;

- Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerencias – Tecnólogo. Criado pela Resolução COUN nº 48, de 25.08.2009.

- Curso de Graduação em Turismo – Bacharelado. Criado pela Resolução CCHS n. 776, de 09.09.2013;

- Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Bacharelado, em apreço. Criado pela Resolução CCHS n. 837, de 23.09.2013.

O CCHS oferta ainda os seguintes Programas de Pós-graduação Stricto sensu:

- Programa de Pós-graduação em Administração (Mestrado), criado pela Resolução COUN nº 15 de 29.03.2007;

- Programa de Mestrado e Doutorado em Administração – PNDA/UNINOVE/CCHS/UFMS, Curso de Doutorado em Administração, sob a Modalidade Doutorado Interinstitucional presencial (DINTER), aprovado e deliberado pela CAPES, conforme reza o Ofício n. 12-21/2011. As Cláusulas contratuais do Convênio Interinstitucional estão colocadas no Contrato n. 55/2011.

- Programa de Pós-graduação em Educação, criado pela Resolução COUN nº 11 de 29.09.1987 e nº 77 de 02.12.2004;
- Programa de Pós-graduação em Comunicação, criado pela Resolução COUN nº 38 de 22.6.2010;
- Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens, criado pela Resolução COUN nº 37 de 18.10.2005;
- Programa de Pós-graduação em Psicologia, criado pela Resolução COUN nº 44 de 30.6.2010;
- Programa de Pós-graduação em Administração Pública (EaD), criado pela Resolução CCHS nº 891 de 10.10.2013

Cada curso de pós-graduação *Stricto sensu* possui um Colegiado de Curso e uma Coordenação de Curso, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de ensino de pós-graduação. A coordenação de curso de pós-graduação é exercida, em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso de Pós-graduação e, em nível executivo, pelo Coordenador de Curso de Pós-graduação, Presidente do seu Colegiado.

Na Cidade Universitária de Campo Grande, o CCHS está localizado na Unidade IV, onde encontram-se as seguintes dependências administrativas e de ensino/pesquisa/extensão: Direção de Centro; Secretaria Acadêmica; Secretaria Administrativa; Laboratório de Informática; Laboratórios do Curso de Jornalismo (Rádio, TV, Fotojornalismo e Redação); TV Universitária; Laboratório de Línguas; Oficina Pedagógica; Anfiteatro; e salas de aula para os cursos de graduação e pós-graduação.

1.3 Histórico e Justificativa do curso

A proposta de abertura/oferta de um curso de Turismo na cidade universitária de Campo Grande-MS tem forte relação com o contexto educacional dos cursos de Turismo do Brasil, vivenciados a partir da década de 90, de um lado uma evidente proliferação dos cursos, de outro, uma diminuição no quantitativo dos cursos, que apenas tem se mantido nas principais Instituições de Ensino Superior do Brasil.

Inicialmente, é necessário esclarecer claro que é tarefa fundamental da Universidade, não somente preparar o indivíduo para práticas e técnicas, mas servir de ambiente aberto para a busca do saber, como argumenta Delors: (1996, p.144):

Além da tarefa de preparar numerosos jovens para a pesquisa ou para empregos qualificados, a universidade deve continuar a ser a fonte capaz de matar a sede de saber dos que, cada vez em maior número, encontram na sua própria curiosidade de espírito o meio de dar sentido à vida. A cultura, tal como a entendemos, inclui todos os domínios do espírito e da imaginação, das ciências mais exatas à poesia.

O desenvolvimento da reflexão sobre o papel das Universidades, especialmente dos cursos de Turismo, remete-nos a compreender como se deu a sua rápida proliferação e justifica a análise em torno de um imaginário coletivo sobre a potencialidade do turismo no Brasil. A construção da imagem do país como generoso em potenciais turísticos, *grande por natureza* e com todos os requisitos para se transformar em um dos principais polos turísticos receptivos do mundo, exerce grande e direta influência na disseminação das graduações.

Teixeira (2003) apresenta que no ano de 1997 iniciaram-se as discussões no MEC/SESU sobre as diretrizes curriculares para os cursos existentes até o período, cuja finalidade era de servir de documento norteador para as Instituições de Ensino,

para as reformas curriculares, embora os cursos já existissem desde o início da década de 70, especificamente o ano de 1971.

Assim, como uma das características do panorama em que se encontram os cursos das áreas de Turismo no Brasil (dificuldade de sua manutenção), talvez possa ser apontada a questão da aprovação tardia das Diretrizes Curriculares do MEC como um dos agravantes existentes.

De um lado, os cursos foram representados por uma proliferação desenfreada ao final da década de 90, duas décadas após o surgimento do primeiro curso no Brasil, sendo que naquela época eram considerados um dos cursos mais concorridos em território nacional, fortemente oferecidos por Instituições de Ensino Superior Privadas.

Não bastasse a oferta dos cursos, percebe-se que, inicialmente, os mesmos eram criados e oferecidos pautados em uma normativa própria, visto que as Diretrizes Curriculares do MEC apenas foram criadas algumas décadas após o surgimento dos cursos, como anteriormente citado, o que propiciou um *caminhar* diversificado, compositor de uma formação de diversas focagens.

Posteriormente, quando da criação e aprovação das Diretrizes Curriculares para os cursos da área, instituída pela Resolução n.13 de 24 de novembro de 2006, evidenciou-se que tal documento respaldava fortemente as Instituições de Ensino, inclusive quanto à criação de disciplinas que estivessem relacionadas às realidades locais nas quais os cursos estavam inseridos. Tratava-se de uma maneira de se facilitar o acesso do egresso ao mercado de trabalho, quando de sua formação.

Não se pode furtar que todo esse *caminhar* diversificado nas formações, propiciaram uma formação também diversificada, muitas vezes não tão passíveis de enquadramento em áreas específicas do mercado de trabalho.

Percebeu-se em estudos desenvolvidos no final dos anos 90, de acordo com Teixeira (2003), por intermédio de pesquisas formais e informais, que 30% das matrizes eram baseadas no mercado, enquanto 32,5% eram baseadas na experiência dos próprios docentes, sendo que 30% baseavam-se em ambas. Esses estudos, ainda, evidenciavam que não mais que 50% dos docentes existentes no país possuíam algum tipo de experiência prática na área, o que de alguma maneira abriu pauta para uma discussão questionadora sobre o fato de que “formadores de matrizes curriculares de cursos de Turismo no país” tampouco possuíam algum tipo de experiência prática na área.

Segundo Trigo (2000) é a não existência de estratégias coerentes ao dinamismo do turismo um dos principais problemas, juntamente com a ausência de professores devidamente titulados (mestres ou doutores). O principal problema, bem como a falta de professores, especialmente titulados (mestres e doutores) é representado pela falta de uma visão estratégica coerente com o dinamismo e sofisticação dos setores de viagem e turismo. A carência de professores reflete-se na qualidade dos cursos oferecidos pelo país sendo extremamente corriqueiro o fato dos alunos do curso de Turismo não terem aulas com profissionais da área, somente com professores de áreas afins, o que deixa de permitir um contato com a realidade turística quando ainda nos bancos universitários.

Pela própria recente condição de sua existência e pela não existência de sua regulamentação, a formação em turismo, com suas características emergentes, possui conhecimentos muito fragmentados (Goeldner, 1988), o que é confirmado por Antunes *et al.* (2005, p.3):

Dada a grande complexidade e abrangência das atividades relacionadas ao segmento e, por ser uma área de interesse acadêmico e científico relativamente nova, ainda padece da escassez de estudos específicos para articular seu *corpus* de conhecimento de modo a permitir uma definição precisa para um perfil profissional condizente com as tendências turísticas mundiais e principalmente tendo como norte, as características regionais dos mercados onde atuarão esses profissionais.

Amoah e Baum (1997) esclarecem que as práticas do turismo são intensivas em mão-de-obra e objetivam propiciar algum tipo de sobrevivência, vantagem competitiva, disponibilidade de pessoas qualificadas, o que explicita o interesse do mercado em recepcionar funcionários capazes de desempenharem níveis operacionais com qualidade.

A própria multidisciplinaridade e interdisciplinaridade da área geram desafios a serem enfrentados na formação discente, visto a vasta atuação comum ao setor, representada por: gestão e liderança de organizações turísticas, bem como hoteleiras; desenvolvimento de projetos relacionados a aspectos histórico-culturais, visando a preservação dos mesmos em benefício da sociedade; busca pela sustentabilidade da atividade turística, principalmente quando conectada ao meio ambiente; viabilização de planos de viagem (seja através dos meios de transporte, serviços de hospedagem e receptivos); funcionalismo público, docência no ensino superior, organização e execução de eventos, atividades relacionadas aos alimentos e bebidas, etc.

Dentro dessa perspectiva, o reinventar-se das Instituições de Ensino, com propostas inovadoras e dinâmicas, parece ser a resposta para a manutenção dos cursos de Turismo no Brasil. Assim, intenciona-se que a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, maior Instituição de Ensino Superior Federal no estado de Mato Grosso do Sul, aposte na oferta de um curso totalmente voltado às necessidades mercadológicas locais e acadêmicas, que seja diferenciado e esteja inserido no contexto da própria vocação turística do estado.

Considerando que a existência de apenas um curso superior de turismo no interior do estado, oferecidos pela UFMS em Aquidauana e que se encontra atualmente com um baixo número ingressos. O Curso de Turismo e Meio Ambiente na cidade de Bonito não tem entrada de novos acadêmicos desde 2011. Concluiu-se, dessa forma, que a melhor decisão da Instituição seja somar esforços em um único curso, buscando uma estrutura pedagógica consolidada, com quadro docente totalmente formado (sem necessidade de contratações futuras) e que esse curso seja sediado na cidade universitária de Campo Grande.

A justificativa pela alocação do curso em Campo Grande advém do fato dessa cidade ser a Capital do estado, bem como sua maior cidade, estrategicamente localizada e conectada aos grandes centros urbanos das regiões centro-oeste, sudeste e sul e próxima às fronteiras da Bolívia e Paraguai, servindo de portão de entrada a todos os turistas com visitas programadas para o Pantanal e Bonito-MS, além de participantes de eventos e negociadores/comerciantes.

Vale apontar que a cidade está com uma população estimada em 832.352 habitantes para o ano de 2013 (IBGE), composta de 133 agências de Turismo em Operação, 26 meios de Hospedagem, 36 empresas organizadora de eventos, 44 centros de alimentação, entre restaurantes, bares & cafeterias, 12 locadora de veículos, 31 transportadoras turística, além das companhias aéreas existentes no

município e demais empresas indiretamente relacionadas à atividade¹. Tal Panorama propicia uma demanda satisfatória e constante para o curso de graduação em Turismo em Campo Grande, além da possibilidade de consecução de diversos acordos para estágio acadêmico, capazes de propiciar aos futuros estudantes, vivência prática da área.

1.4 Necessidade Social do Curso

Pode-se dizer que, atualmente, a sociedade contemporânea, possui maior tempo livre, tendo em vista às próprias facilidades tecnológicas que agilizam o sistema produtivo, propiciando maior tempo para o lazer e atividades prazerosas, assumindo, o Turismo a incumbência de planejar e operacionalizar tais atividades.

O estado de Mato Grosso do Sul, especificamente, conta com apenas 03 cursos superiores em Turismo com oferta de vagas na rede pública, são eles: UFMS - Campus Aquidauana; e UEMS – Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul– Campus de Dourados e Campo Grande.

O município de Campo Grande situa-se na região central do estado de Mato Grosso do Sul, que por sua vez, possui cerca de 65% da área do Pantanal em seu território. A capital está distante cerca de 210 km da Serra da Bodoquena, onde se localizam riquíssimo patrimônio natural e histórico-cultural. Segundo o Ministério do Turismo, o Pantanal e Bonito, nessas próximas décadas, serão um dos principais roteiros turísticos brasileiros e mundiais.

Contudo, a improvisação e a falta de seriedade de muitos empreendimentos e pesquisas, em especial no Pantanal Sul e Bonito, que afetam diretamente a qualidade de seus serviços, descredenciam o desenvolvimento sustentável do setor na região.

Mesmo o turismo em Bonito e Pantanal Sul, considerado um exemplo de planejamento para o Estado e para o país, não deixa de ser precário, e muitas vezes não absorve a população e sua cultura.

Dessa feita, o curso de turismo da UFMS não apenas tem como objetivo fomentar o desenvolvimento e crescimento ordenado da atividade turística em Mato Grosso do Sul, como também o seu planejamento, pesquisa e gerenciamento dentro de uma ótica de sustentabilidade e valorização da sociedade e da cultura regional, incluindo a riqueza da cultura indígena deste Estado. Ainda, intenciona contribuir para que a cidade de Campo Grande se consolide como um importante centro de recepção dos turistas do estado.

Alguns condicionantes de ordem geográfica, econômica, política e cultural do estado de Mato Grosso do Sul demonstram a abertura de um leque de possibilidades de atuação profissional aos graduados nos diversos campos das chamadas ciências humanas e sociais aplicadas, entre as quais se inclui o Turismo.

O intercâmbio direto do Estado com países vizinhos, componentes do Mercosul, a implantação do gasoduto Paraguai-Bolívia-Brasil, os esforços no sentido de inserir o estado no circuito turístico nacional e internacional, são alguns dos fatores que ensejam não só a possibilidade – e a necessidade – da ampliação de pesquisas de inúmeros aspectos relativos ao turismo regional e sua conseqüente articulação à história do país e do continente, que transformam o Bacharel em Turismo em elemento fundamental nos estudos de impactos econômicos e sociais, na formulação e execução de projetos de políticas públicas de turismo, de gestão do

¹ De acordo com Ministério de Turismo, disponível em:

<http://cadastur.turismo.gov.br/cadastur/PesquisarEmpresas.action>, acesso em 08 de agosto de 2012.

patrimônio artístico cultural, etc. Em suma, no atual estágio de desenvolvimento , global, o domínio do Turismo assume dimensões efetivamente estratégicas, inclusive em países, cuja economia baseia-se fortemente voltada à atividade turística.

Portanto, a proposta de implantação do Curso de Graduação em Turismo na UFMS em Campo Grande deverá reforçar a formação de uma clientela potencialmente alijada do mercado de trabalho em razão de suas condições financeiras. Nesse sentido, a Universidade estará cumprindo seu principal papel, qual seja, o de corresponder às expectativas da comunidade, que a vê como elemento propulsor da elevação da qualidade de vida da população de Mato Grosso do Sul, através da formação de mão de obra qualificada.

2 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO DE TURISMO

2.1 Coordenação do Curso

De acordo com o Estatuto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, homologado pela Resolução nº 35, emitida pelo Conselho Universitário em 13/11/2011, a Coordenação de Curso é exercida, em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso, e, em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

Atendendo ao disposto no Regimento Geral da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o Colegiado de Curso, definido como unidade didático-científica responsável pela supervisão das atividades do Curso e pela orientação aos acadêmicos, é formado por, no mínimo quatro e no máximo seis professores pertencentes ao quadro de docentes efetivos e um Representante Estudantil, a ser eleito pelos seus pares.

É de responsabilidade do Colegiado de Curso garantir que haja coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas do Curso com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; deliberar sobre normas, visando à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos Planos de Ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular com o perfil do profissional objetivado pelo curso; deliberar sobre as solicitações de aproveitamento de estudos; deliberar sobre o Plano de Estudos elaborado pelo Coordenador de Curso; deliberar, em primeira instância, sobre o Projeto Pedagógico do Curso; manifestar sobre as propostas de reformulação, de desativação, de extinção ou de suspensão temporária de oferecimento de Curso ou de habilitação; e deliberar, em primeira instância, sobre projetos de ensino. O Colegiado de Curso deverá reunir-se, ordinariamente, uma vez ao mês, conforme calendário anual, ou extraordinariamente, quando houver necessidade.

Ainda, em atendimento ao Regimento e ao Estatuto da UFMS, o Coordenador de Curso, eleito por dois anos, poderá ser reconduzido por mais dois anos. Ele deve ser um dos membros docentes do Colegiado do Curso, com formação específica na área de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, correspondente às finalidades e aos objetivos do Curso.

Ao Coordenador de Curso de Graduação compete elaborar os estudos necessários à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos Planos de Ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular, de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso; encaminhar ao Centro ou Campus as demandas de oferecimento de disciplinas; acompanhar a execução do Projeto Pedagógico de Curso; orientar e acompanhar a vida acadêmica; acompanhar o desempenho dos acadêmicos do Curso, encaminhando relatório ao Colegiado; assessorar as Unidades da Administração Central e da Administração Setorial em assuntos de

administração acadêmica; coordenar a matrícula dos alunos de seu Curso; assessorar o Centro de Ciências Humanas e Sociais, que oferecerá as disciplinas ao Curso de Graduação em TURISMO/ CCHS/ UFMS, bem como os respectivos professores, na execução do Projeto Pedagógico do Curso e demais normas emitidas pelo Colegiado de Curso; e zelar pelas informações mantidas no Sistema de Controle Acadêmico (SISCAD). A administração acadêmica do Curso conta ainda com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), formado por docentes das áreas comuns da formação do egresso.

2.2 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), que tem por objetivo atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico de Curso, disciplinado pela Resolução n. 167 COEG/2010, é composto pelo Presidente do Colegiado de Curso e por mais 5 docentes pertencentes à Carreira de Magistério Superior da UFMS, que ministram disciplinas no curso. Ainda conforme Art. 5º do Capítulo III da Resolução, acima citada, são atribuições do NDE, as seguintes ações:

I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constante no currículo;

III – indicar fontes de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área do conhecimento do curso; e

IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Para dar materialidade ao objetivo central do NDE, as reuniões acontecerão, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, quando necessário. Todas elas deverão ser lavradas em Ata, para efeito de acompanhamento de todos os interessados, bem como para a formação histórica das ações tomadas pelo Núcleo.

2.3 Organização Acadêmico-Administrativa

A organização acadêmico-administrativa do Curso pode ser vista por dois aspectos, a saber: 1) a organização do controle acadêmico; e b) a composição do pessoal técnico-administrativo.

Quanto à organização acadêmico-administrativa do ensino de graduação, no âmbito da UFMS, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) é responsável pela orientação, coordenação e avaliação das atividades didático-pedagógicas, de controle escolar, de concurso para professor efetivo, de controle da contratação de docentes substitutos, de processo seletivo de discentes e de aquisição de acervo bibliográfico, servindo de suporte às unidades setoriais.

As Coordenadorias que compõem a PREG são as seguintes: Administração Acadêmica (CAA/PREG); Biblioteca Central (CBC/PREG); Desenvolvimento e Avaliação do Ensino (CDA/PREG); Formação de Professores (CFP/PREG) e Educação a Distância (CED/PREG). Seu objetivo é propor às unidades setoriais a adoção de medidas necessárias à estruturação curricular dos cursos em seus aspectos legais, formais, pedagógicos, ao aperfeiçoamento da administração acadêmica, à expansão quantitativa do quadro docente e à melhoria das condições materiais do ensino.

A Coordenadoria de Administração Acadêmica (CAA/PREG) é composta pelas seguintes divisões:

- Acompanhamento Docente (DIDO/CAA/PREG): responsável pela orientação, acompanhamento e controle dos docentes, acompanhamento e controle de concursos públicos para ingresso na carreira do magistério público; da carga horária docente; e plano de oferta de disciplinas dos cursos de graduação;

- Controle Escolar (DICE/CAA/PREG): responsável pela orientação, acompanhamento e controle de discentes, controle de calendário acadêmico, revisão de histórico escolar e, controle de processos seletivos, identificação da situação acadêmica, liberação para colação de grau, expedição de diplomas de cursos de graduação e atuação direta junto as Secretarias Acadêmicas das Unidades Setoriais.

A Coordenadoria de Biblioteca Central (CBC/PREG) é composta pelas seguintes divisões:

- Atendimento ao Usuário (DIAU/CBC/PREG);
- Periódicos e Intercâmbio (DIPI/CBC/PREG);
- Divisão de Circulação (DICI/CBC/PREG)
- Processamento Técnico (DIPT/CBC/PREG).

Além disso, compete à Coordenadoria de Biblioteca Central verificar nas Coordenações de Curso de Graduação, a necessidade de acervo e disponibilizar, conforme orçamento da UFMS, os recursos necessários para a execução da política de aquisição e atualização de acervo bibliográfico, dando ênfase às publicações nacionais e estrangeiras que contribuem com o avanço do conhecimento científico.

A Comissão de Seleção do Material Bibliográfico (COMABI), formada por professores representantes das Unidades Setoriais, colabora com a CBC na distribuição dos recursos orçamentários e financeiros para a aquisição do acervo bibliográfico.

A Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação de Ensino (CDA/PREG) é composta pelas seguintes divisões:

- Apoio Pedagógico (DIAP/CDA/PREG): Projeto de Ensino de Graduação (PEG), Programa de Nivelamento (PRONÍVEL), Programa de Educação Tutorial (PET), reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, ENADE, outras formas de avaliação realizadas pelas comissões externas; e outros assuntos correlatos;

- Currículos e Programas (DICP/CDA/PREG): responsável pela orientação, elaboração, análise e pareceres sobre os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, suas atualizações e adequações às legislações vigentes, bem como orientações às coordenações de cursos superiores de graduação, elaboração da minuta do PPC para aprovação pelo COEG e sobre outros assuntos correlatos;

- Legislação e Normas (DILN/CDA/PREG): responsável pela legislação acadêmica federal e da UFMS e emissão de pareceres sobre questões acadêmicas, estágios, transferências e revalidação de diplomas de graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros e outros assuntos correlatos;

- A Coordenadoria de Apoio a Formação de Professores (CFP/PREG) é a unidade responsável pelas políticas e estratégias para a formação e capacitação de professores e apresenta as seguintes competências: fomentar e promover a capacitação, atualização e formação continuada de professores; fomentar e articular a realização de eventos relacionados à formação de professores; propor a integração entre a UFMS e as redes de ensino da Educação Básica, através de convênios e outros instrumentos da mesma natureza para a melhoria da formação

de professores; promover a integração e o fortalecimento dos cursos de licenciatura da UFMS; gerenciar os programas especiais relacionados à formação de professores; coordenar o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); elaborar relatórios gerenciais; e desenvolver outras atividades dentro de sua área de atuação;

- A Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (CED/PREG) é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e supervisão e execução da Política Institucional de Educação Continuada e a Distância;

No âmbito dos cursos de graduação existe o Colegiado de Curso, cujo presidente é o Coordenador de Curso, que desempenha as funções acadêmico-administrativas do curso e é responsável pelo planejamento e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso.

Quanto às Unidades Setoriais, os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Secretarias Acadêmicas, que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e são responsáveis pelas demais rotinas administrativas pertinentes.

O controle acadêmico, em nível da UFMS, é realizado pela Divisão de Controle Escolar (DICE/CAA/PREG) e, em nível setorial, pelas Secretarias Acadêmicas (SECAC). A SECAC/CCHS possui dois servidores técnico-administrativos, com formação em nível superior, que atendem a comunidade acadêmica e ao público em geral, de segunda à sexta-feira.

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores do curso e à Coordenação de Curso de cada curso de graduação. O acesso ao programa Sistema de Controle Acadêmico do Professor (SISCAD) funciona como um diário eletrônico, com senha própria e acesso através de qualquer computador ligado à internet. Nele, os professores lançam o Plano de Ensino de cada disciplina, os dias letivos, ausências e presenças, o critério de cálculo da avaliação, notas e conteúdo.

Este sistema eletrônico permite que os acadêmicos tenham acesso às suas notas e controle de presença. O sistema (SISCAD) permite também a impressão de listas de chamada ou de assinatura na forma do diário convencional, o quadro de notas parcial ou final do período letivo e a Ata Final, que é enviada, eletronicamente, para a DICE/CAA/PREG, com a devida emissão digital do comprovante. A mesma Ata é impressa e, depois de assinada, é arquivada fisicamente, para eventual posterior comprovação.

A Coordenação de Curso tem acesso, a qualquer tempo, aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do curso, por meio dos seguintes relatórios:

- Acadêmicos por situação atual;
- Acadêmicos que estiverem matriculados no período informado;
- Histórico escolar do acadêmico em todo o curso no período letivo atual;
- Relação de acadêmicos por disciplina;
- Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no curso comparando seu desempenho individual com a média geral do curso.

É disponibilizado, ainda, neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo ENADE, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, os semestres iniciais e do último, conforme Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

2.4. Pessoal técnico e administrativo

Conforme o contido no Art. 149, do Regimento Geral da UFMS, "aos membros do corpo técnico-administrativo compete o exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria Instituição, além de outras previstas na legislação vigente". No que compete às urgências operacionais, o Curso de Graduação em TURISMO/ CCHS/ UFMS contará com o apoio técnico-administrativo local da/do:

- 2 Técnicos Administrativos (Unidade 10);
- 1 Secretária de Curso (Unidade 10);
- 1 Secretaria Acadêmica (SECAC/CCHS);
- 1 Secretaria Administrativa (SECAD/CCHS);
- 1 Direção do CCHS;
- 1 Conselho de Centro.

Nas questões de ordens institucionais, legais, estratégicas e a busca de dados no sistema de informação para a gestão e coordenação do Curso de Graduação em TURISMO/ CCHS/ UFMS, todas as demais instâncias da Universidade são acionadas.

2.5 Atendimento aos Discentes

O apoio aos discentes será realizado, através de um conjunto de programas, ações, serviços, atividades e direitos ao discente, por parte de todo corpo institucional da UFMS, a exemplo das ações de apoio às questões pedagógicas, acadêmicas, socioeconômicas e de cidadania.

Compete à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) prestar os serviços de apoio à pesquisa acadêmica, realizada por professores, alunos de pós-graduação e graduação. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) compreende Bolsas de Iniciação Científica (IC). As atividades de IC permitem ao aluno acompanhar o desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento associadas ao curso de administração.

Compete à Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE) prestar os serviços de integração que proporcionem o bem estar dos acadêmicos na vida universitária e na comunidade; de informação e coordenação das atividades assistenciais, psicológicas e sociais. Suas ações são estendidas às Unidades Setoriais.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação, tem como objetivo garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento e qualidade de vida.

São ações efetivadas por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Destina-se aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação das IFES. Compreendem-se como ações de assistência estudantil: moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Estas ações objetivam viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da condição socioeconômica.

Dentre os diversos instrumentos que visam dar apoio ao desenvolvimento das atividades dos discentes, com base no PNAES, destacam-se:

- Manual do Acadêmico: divulgação e distribuição para os acadêmicos da UFMS e de diversas escolas do Estado de Mato Grosso do Sul;

- Bolsa Alimentação: destina-se ao acadêmico que, após análise socioeconômica realizada pelo Serviço Social, terá desconto nas refeições do Restaurante Universitário;

- Bolsa Trabalho: trata-se de um programa que visa atender prioritariamente o acadêmico de baixa renda; sendo selecionado, após avaliação socioeconômica e de rendimento escolar. O acadêmico é convocado para o trabalho em um dos setores dos órgãos da Administração Central ou nas Unidades Setoriais, na condição de bolsista. As atividades são realizadas nas Unidades Setoriais, Laboratórios de Informática, Espaços Multi-usos; Biblioteca Central e Biblioteca Setorial e outros. Procura-se sempre o local que mais se enquadra ao curso do acadêmico, devendo ele cumprir o mínimo de doze horas por semana.

- Programa Bolsa Permanência: regulamentado pela Resolução CD nº 31, de 8 de julho de 2008. Este programa tem como objetivo atender acadêmicos regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e sua inclusão ocorre por meio de avaliação socioeconômica (acadêmico de baixa renda), devendo auxiliá-lo financeiramente para sua manutenção e do seu curso, garantindo a permanência na Universidade, ao mesmo tempo em que está contribuindo para sua formação integral de cidadão. O acadêmico terá que disponibilizar doze horas semanais para o desenvolvimento de atividades que, obrigatoriamente, estejam vinculados a projetos de ensino, pesquisa, extensão, monitorias ou outras atividades correlatas à sua área de formação. Um dos critérios para a seleção do bolsista é o rendimento escolar, sendo permitido até duas reprovações na série.

- Programa Auxílio Alimentação: regulamentado pela Resolução CD nº 40, de 15 de outubro de 2008. Tem como objetivo subsidiar a alimentação dos acadêmicos, regularmente matriculados, nos cursos presenciais de graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O Programa destina-se aos acadêmicos de baixa renda e a inclusão ocorre por meio de processo seletivo socioeconômico.

Quanto à Assistência Médica, Odontológica e Psicológica, há uma orientação e encaminhamento formal do acadêmico ao Núcleo de Hospital Universitário (NHU/RTR), conforme vagas asseguradas aos acadêmicos. Os acadêmicos do curso podem receber auxílio psicológico em Campo Grande junto à PREAE, a qual dispõe de psicólogos e assistentes sociais. Os acadêmicos podem, ainda, ter acesso ao Conjunto Poliesportivo e Aquático para as práticas esportivas.

O apoio pedagógico está dividido sob duas formas. A primeira, através do atendimento direto dos professores às demandas dos estudantes. A segunda, por meio do atendimento dos estudantes monitores das disciplinas do curso.

A primeira é caracterizada pela estrutura de horários de atendimento, na qual se encontram as informações sobre os horários em que os professores encontram-se à disposição dos estudantes, fora de sala de aula. Normalmente, este atendimento ocorre na própria sala do professor ou por meio da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

A segunda maneira é orientada para aqueles estudantes que buscam apenas dirimir dúvidas quanto aos conteúdos, ministrados em sala de aula ou aquelas questões ligadas direta ou indiretamente à matéria, bem como aquelas ligadas às atividades da disciplina. Normalmente, os estudantes-monitores afixam em lugar

visível e comunicam às turmas o horário de atendimento, destinado à resolução de exercícios e estudos teóricos.

A UFMS, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE), oferece o Programa UFMS Acessível – Laboratório de Educação Especial. Este programa visa desenvolver ações de Ensino, Pesquisa e Extensão direcionadas aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em diferentes níveis de ensino, desenvolvendo diferentes tipos de apoio para a concretização de sua formação.

O Curso de Graduação em TURISMO/CCHS/UFMS ao identificar alguns alunos com algum tipo de Necessidade Educacional Especial poderá encaminhá-los ao Programa “UFMS Acessível” para que recebam o apoio garantido pela legislação brasileira. Os docentes do curso também são incentivados a buscar orientação sobre práticas pedagógicas inclusivas.

Os Professores e o Coordenador de Curso também colocam à disposição dos discentes horários para orientações relativas à vida acadêmica. As orientações prestadas envolvem questões relacionadas ao método de ensino, ao projeto político pedagógico, aos laboratórios, aos recursos bibliográficos e de Internet, à orientação de projetos.

Os alunos ingressantes que apresentarem deficiência em Matemática e Língua Portuguesa serão submetidos a um processo de nivelamento para atender aos requisitos mínimos necessários ao bom desempenho no curso. Os cursos de nivelamento poderão ser oferecidos na modalidade semi-presencial e na modalidade a distância.

A Coordenação de Curso deverá manter, frequentemente, contatos presenciais e virtuais, com todos os alunos e com os líderes de sala, através de e-mails institucionais da Rede de Informática da UFMS. Através dos e-mails institucionais serão enviadas mensagens contendo informações sobre oportunidades vagas de estágios remunerados e não remunerados, participação em projetos sociais, atividades filantrópicas, oportunidade de vagas para trabalho com carteira assinada, palestra, seminários, congressos, eventos acadêmicos e científicos. Também, através destes e-mails, os professores enviarão mensagens, bem como os materiais de aula às turmas. A Coordenação de Curso deverá reunir-se, no mínimo, duas vezes por semestre letivo, para que os líderes possam avaliar o andamento do semestre, no sentido de corrigir algumas falhas ainda dentro do semestre.

O Curso de Graduação em TURISMO/CCHS/UFMS terá à disposição da comunidade várias opções de eventos de extensão promovidos, organizados e realizados pelos próprios professores e estudantes dos Cursos Graduação em Administração, de Graduação em Ciências Contábeis e Superior em Tecnologia em Processos Gerenciais.

Neste contexto de disseminação da informação produzida na UFMS, e, especificamente, no Curso de Graduação em Administração/CCHS/UFMS, organiza-se a Revista de Administração e Economia – DESAFIO (classificação Qualis C), possibilitando aos docentes e discentes, professores visitantes, a veiculação de suas idéias, resultados de pesquisa e de atividades de extensão. Abre também espaço para os estudantes dos cursos de Mestrado em Administração, do Mestrado em Administração Pública (Ead) e aos formandos dos cursos de graduação que integram a Área da Administração (Curso de Graduação em Administração, duas turmas – Presencial -, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais – Presencial -, Curso de Graduação em Turismo – Presencial -, Curso de Graduação em Administração Pública - oferecido na modalidade a distância - EaD -, na medida

em que seus trabalhos de pesquisa têm a sua disposição um veículo de difusão eletrônica de maior visibilidade.

No que se refere ao acompanhamento dos egressos, a Coordenação junto com futuros Líderes de Turma, deverá estimular a criação da Associação dos ex-estudantes do Curso de Graduação em TURISMO/CCHS/UFMS. Para tanto, deverá ser elaborado o Estatuto da futura Associação e um site, alojado na *homepage* do Curso de Graduação em TURISMO/ CCHS/ UFMS, ou ainda mesmo da Área da Administração. Os egressos do Curso serão convidados a associarem-se a esta. Além disto, eles serão estimulados ao processo da educação continuada, ainda, no âmbito da UFMS, sendo oferecidos Cursos de Pós-graduação *Stricto sensu* e *Lato Sensu*, e também a participar como Tutores no Curso de Graduação em Administração e no Curso de Graduação em Gestão Pública, ambos, oferecidos sob a modalidade de Ensino a Distância (EaD).

Os alunos que entram no curso, por meio da Movimentação Interna, da Movimentação Externa ou ainda através do processo seletivo ENEN/SISU/MEC que tenham feito determinadas disciplinas nos cursos de origem, poderão solicitar ao Colegiado de Curso o Aproveitamento de Estudos, desde que o curso de origem seja reconhecido pelo MEC. A análise curricular será realizada com vista ao Histórico Escolar, expedido pelo curso de origem, período de estudo, conteúdos programáticos oficiais e critérios de aprovação das disciplinas. A análise de currículo e suas equivalências serão feitas *ad referendum* pelo Coordenador de Curso, que elaborará um Plano de Estudos e providenciará o enquadramento do acadêmico na respectiva série. Todo esse processo será aprovado pelo Colegiado e, posteriormente, pelo Conselho de Centro.

Desta forma, por conta dos diversos instrumentos de apoio aos discentes, acima mencionados, pode-se assegurar que o Curso de Graduação em TURISMO/CCHS/UFMS tem como finalidade construir e difundir o conhecimento na área do Turismo, contribuindo para a formação dos profissionais do turismo capazes de equacionar a relação organização, sociedade e mercado, por meio de conhecimentos técnicos inovadores, habilidades, espírito empreendedor, visão sistêmica e postura ética permitindo, desta forma, consolidar a formação integral do cidadão.

3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

3.1 Curso: TURISMO

3.2 Modalidade: Bacharelado.

3.3 Título Acadêmico Conferido: Bacharel em Turismo

3.4 Modalidade de Ensino: Presencial, com até 20% de sua carga horária podendo ser executada na modalidade a distância.

3.5 Regime de Matrícula: Sistema Semestral de Matrícula por Disciplinas

3.6 Tempo de Duração:

- a) mínimo CNE: 3 anos;
- b) mínimo UFMS: 3 anos;
- c) máximo UFMS: 5 anos.

3.7 Carga Horária Mínima:

- a) CNE: 2.400 horas aula
- b) UFMS: 2.500 horas aula

3.8 Número de Vagas: Quarenta (40) vagas para o turno matutino

3.9 Número de Turmas: 01 por entrada.

3.10 Turno de Funcionamento: Matutino, podendo ocorrer encontros e atividades acadêmicas aos sábados das 07:00hs às 18:00hs.

3.11 Local de Funcionamento: Av. Coronel Filinto Muller, 1555, Cidade Universitária, Bloco 10, do Campus da UFMS, Campo Grande, MS, CEP 79070-900.

3.12 Forma de Ingresso: As formas de ingresso serão regidas pela Resolução no. 269/COEG, de 1º de agosto de 2013, com efeitos, a partir do primeiro semestre de 2014 (Capítulo IV – Art.18 e Art. 19).

4 CONCEPÇÃO DO CURSO DE TURISMO

4.1 - Fundamentação Teórico-Methodológica

O curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS baseia-se em uma perspectiva de renovação do Ensino Superior, no Brasil, pautado pela LDB de 1996 e Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Turismo de 24 de novembro de 2006. Considerado a pouca expressividade de jovens e adultos com formação acadêmica, a demanda por cursos que apontem uma tendência profissional promissora e a necessidade de desenvolvimento sustentável do ambiente, podem sistematizar uma proposta pertinente para educação em nível superior.

O Curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS é estruturado de forma a permitir com que os acadêmicos possam, com o passar dos semestres, integrar o conhecimento adquirido em todas as disciplinas, trabalhando de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Dessa forma, optou-se inicialmente pelo trabalho de disciplinas de conhecimento geral e básico no primeiro semestre, somando em cada um dos semestres seguintes, as especificidades inerentes ao profissional do turismo.

As disciplinas de Seminário Temático merecem destaque, já que trabalharão discussões teóricas inerentes ao Turismo, consecução de trabalhos de pesquisa, assim como a prática de ambientação profissional nas diversas áreas do Turismo, de forma a permitir que o acadêmico vivencie uma prática simulada, assistida por seu professor, ainda antes de partir para o campo de estágio.

Seguindo as metas educacionais e científicas da UFMS – pautadas pela mais ampla formação crítica e tecnológica na construção da cidadania plena do brasileiro sul mato-grossense – espera-se do curso a mais completa formação do profissional em turismo, de forma a atender aos requisitos de constituição humanística e capacitação técnica desse profissional. Portanto, espera-se do egresso um conjunto de competências e habilidades que viabilizem sua autonomia de estudo e a condição de planejar alternativas para os desafios específicos dos empreendimentos turísticos.

Visando a futura avaliação do curso, é que se propôs uma reformulação estrutural do Curso, ampliando o tempo para formação do Bacharel em Turismo, o número de disciplinas e a interação direta delas com a profissionalização específica do profissional de planejamento, além de Informar os fundamentos que justificam a oferta do curso, destacando os pressupostos teórico-metodológicos da proposta pedagógica.

A fundamentação teórica e metodológica foi elaborada visando atender aos objetivos da UFMS, ao perfil do egresso, ao currículo proposto ao sistema de avaliação e à necessidade profissional e social do curso.

Destaca-se que o curso de Turismo da Cidade Universitária oferece disciplinas presenciais, com possibilidade de consecução de disciplinas na modalidade semipresencial (presencial e encontros a distância) em até 20% da carga horária total das disciplinas do curso. A carga horária de 20% ministrada a distância poderá ser realizada com o uso integrado das tecnologias de comunicação

e informação (TIC's), por professores que tenham passado por capacitação específica na área.

4.2 Fundamentação Legal

A proposta de implantação do Curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS encontra-se fundamentada no Currículo Mínimo apresentado pela Parecer n. 288/2003 do Conselho Nacional de Educação que estabelece os conteúdos curriculares para os Cursos de Graduação em Turismo contemplado no Projeto Pedagógico por conteúdos Básicos, Específicos e Teórico-Prático. A carga horária do curso atende o parecer n. 329/200 do CNE onde estabelece o mínimo de 2.400 horas para os Cursos de Bacharelado em Turismo. O Curso de Graduação em Turismo/CCHS atende:

- ✓ A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);
- ✓ Resolução COUN nº. 35, de 13.05.2011, que dá conhecimento à comunidade universitária do Estatuto da UFMS, aprovado pela Portaria MEC nº 1.686, de 03.07.2003;
- ✓ Resolução COUN nº. 78, de 22.09.2011, que aprova o Regimento Geral da UFMS;
- ✓ Resolução do CAEN nº 93/2003, que aprova as orientações para a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso;
- ✓ Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- ✓ Portaria MEC nº 4059/2004, de 10.12.2004, que aprova a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial;
- ✓ Resolução CNE/CES nº 2/2007 de 18.06.2007; que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- ✓ Resolução nº 3/2007, de 02.07.2006, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e das outras providências;
- ✓ Resolução CNE/CES nº 13./2006 de 24.11.2006 institui as Diretrizes e Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em turismo;
- ✓ Resolução COEG nº 107/2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos cursos de Graduação da UFMS;
- ✓ Resolução COEG nº 269, de 01/08/2013, que aprova o Regulamento geral dos Cursos de Graduação Presenciais da UFMS;
- ✓ Resolução COEG nº 43, de 24 de fevereiro de 2010, que aprova as complementações e alterações das Regras de Transição entre o Regime de Matrícula por Série e O Regime de Matrícula por Disciplinas para os cursos de Graduação, presenciais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- ✓ Resolução COEG nº 166, de 13.10.2009, que aprova a reformulação das Regras de Transição entre o Regime de Matrícula por Série e o Regime de Matrícula por Disciplina para os cursos da UFMS;
- ✓ Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

4.3 Objetivos

Geral:

Formar cidadãos com capacidade científica, técnica, social, econômica, cultural e ética, relacionadas ao mercado turístico, considerando a complexidade e o dinamismo da atividade, buscando formar planejadores e gestores com competências teóricas e práticas, hábeis para atuarem nos diversos segmentos de campo de atuação profissional.

Específicos:

- Articular a teoria com a prática através de intercâmbios de conhecimentos;
- Formar profissionais planejadores e gestores nos diversos segmentos de campo de atuação profissional;
- Preparar futuros pesquisadores para investigação sistemática de alternativas culturais e ambientais ao modelo de desenvolvimento econômico vigente;
- Estabelecer uma base técnica de pesquisas e estudos aplicados, no âmbito da realidade regional sul-mato-grossense, de maneira a viabilizar propostas operacionais de desenvolvimento territorial;
- Desenvolver habilidades de sociabilidade, hospitalidade, dinamismo e criatividade, possibilitando ao Bacharel em Turismo tornar-se um gestor e líder de organizações turísticas.

4.4 Perfil Desejado do Egresso

O curso de Turismo visa formar um profissional planejador capaz de elaborar, avaliar, acompanhar, reformular e gerir os diversos produtos e serviços inerentes à atividade turística, atuando nas esferas pública e privada, com vistas a gerenciar espaços turísticos, liderando decisões técnicas para implantação de metodologias adequadas ao desenvolvimento do Turismo, de forma sustentável.

“Terá como finalidade o preparo de pessoas para atuarem no planejamento, gestão e pesquisa, tendo como foco o turismo como fenômeno econômico, social e ambiental”.

O perfil desejado do egresso deve ser coerente com os objetivos do curso, atendendo aos critérios de clareza e coerência com relação às necessidades profissionais e sociais, devendo-se pautar:

- Atuação ética, crítica, autônoma e criativa na busca de soluções de questões ambientais e sócio-econômicas e culturais colocadas pela sociedade;
- Domínio e permanente aprimoramento das abordagens técnicas e científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento turístico, compatíveis aos padrões de qualidade desejados para o profissional;
- Respeito à pluralidade inerente aos ambientes profissionais de atuação do Bacharel em Turismo, como no planejamento urbano, regional e ambiental e na elaboração de projetos técnicos e científicos;
- Vocação para a pesquisa científica;

4.5 Habilidades e Competências

As habilidades e competências desejadas do egresso do curso de graduação em Turismo UFMS vão de encontro ao que se propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Turismo.

Ainda, intenciona-se que o Bacharel em Turismo esteja habilitado à desenvolver atividades inerentes à sua profissão, com ênfase ao planejamento turístico, segundo princípios de sustentabilidade ambiental, enfatizando-se a

valorização e inclusão das comunidades locais no sistema produtivo, respeitando-se seus valores culturais. Portanto, deverão possuir as seguintes competências e habilidades:

- Compreensão das políticas nacionais, regionais e internacionais de turismo;
- Utilização de metodologias adequadas para o inventário, planejamento e gestão das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, nos âmbitos municipais, estaduais, federais e internacionais;
- Efetiva participação na elaboração e gestão de planos municipais, estaduais, federais e internacionais de turismo;
- Conhecimento e aplicação da legislação vigente em seus estudos ou ações práticas;
- Atuar sempre prezando pelo desenvolvimento local e regional sustentável e a valorização socioeconômica e cultural das comunidades;
- Compreender a dinâmica, a classificação, os critérios de adequação de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, entre eles os empreendimentos hoteleiros, empresas transportadoras, agências de turismo, promotoras de eventos, empresas de alimentação e bebidas, empreendimentos de lazer e entretenimento e outras;
- Domínio de técnicas relacionadas com a coleta, seleção, avaliação e gestão de informações geográficas, históricas, econômicas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação humana;
- Conhecimento das relações humanas, relações públicas e das articulações interpessoais ligadas ao Turismo;
- Compreensão da complexidade do mundo globalizado e da sociedade pós-moderna, onde os setores do Turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- Utilização dos recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar e planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas.

5 ESTRUTURA CURRICULAR

A atual dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa, juntamente com o desenvolvimento e utilização das novas tecnologias nas mais diversas atividades da vida cotidiana, altera e pressupõe, entre outras coisas, novos recortes de espaço e tempo e novas dinâmicas sociais, com a predominância do simultâneo e instantâneo, transformando as interações entre as esferas do local e global, afetando profundamente o cotidiano das pessoas.

Essa dinâmica exige que o Bacharel em Turismo tenha competência para traçar caminhos teóricos e metodológicos capazes de interpretar e planejar essa realidade, aumentando a qualidade na prestação de serviço das atividades turísticas, encarando a natureza não como mera mercadoria tampouco os turistas como simples clientes e potenciais consumidores, considerando que o Turismo é um fenômeno dinâmico e complexo e que para o seu desenvolvimento, diversos aspectos devem estar correlacionados.

Nessa perspectiva buscou-se construir uma matriz curricular para o curso de Turismo, que atenda referidas necessidades da dinâmica atual do Turismo, utilizando-se de conteúdos teóricos e práticos, que proporcionem ao acadêmico a formação para atuar como planejador e gestor nos diversos segmentos do turismo.

5.1 Matriz Curricular do Curso

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
1 CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	
Fundamentos Geográficos do Turismo	68
Introdução à Filosofia	68
Introdução às Ciências Sociais e Políticas	68
Metodologia da Pesquisa Científica	68
Patrimônio Histórico Cultural	68
Turismo, Cultura e Sociedade	68
Sub total	476
2 CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICOS	
Administração de Sistemas de Informação	68
Agenciamento e Transporte	68
Alimentos e Bebidas	68
Estatística I	68
Eventos	68
Gestão do Lazer	68
Gestão do Turismo	68
Introdução à Administração	68
Introdução à Contabilidade	68
Introdução à Economia	68
Introdução ao Direito	68
Língua Inglesa	68
Marketing Turístico	68
Meios de Hospedagem	68
Planejamento e Organização do Turismo I	68
Planejamento e Organização do Turismo II	68
Teoria Geral do Turismo I	68
Teoria Geral do Turismo II	68
Turismo em Áreas Naturais	68
Sub total	1292
3 CONTEÚDOS DE ESTUDOS TEÓRICOS-PRÁTICOS	
Atividades Complementares	86
Estágio Obrigatório I	34
Estágio Obrigatório II	34
Trabalho de Conclusão de Curso I	34
Trabalho de Conclusão de Curso II	34
Sub total	222
4 FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	510

Para o estudante integralizar o currículo pleno do Curso de Graduação em TURISMO, deverá cursar, no mínimo, 510 horas-aula, de Disciplinas Complementares Optativas, do rol elencado no Plano Pedagógico do Curso (PPC), tais como o conjunto de disciplinas denominado de Tópico Especial Interdisciplinar (TEI) e/ou de disciplinas que são ministradas em outros Cursos de Graduação, no âmbito da UFMS, com suas respectivas cargas horárias, desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso do Curso de Turismo/CCHS/ UFMS e pelo Colegiado do Curso receptor.

5.2 Lista de Disciplinas Optativas

Libras	68
Educação das Relações Étnico-Raciais	68
Tópico Especial Interdisciplinar I	102
Tópico Especial Interdisciplinar II	102
Tópico Especial Interdisciplinar III	102
Tópico Especial Interdisciplinar IV	102
Tópico Especial Interdisciplinar V	102
Tópico Especial Interdisciplinar VI	102
Tópico Especial Interdisciplinar VII	102
Tópico Especial Interdisciplinar VIII	102
Tópico Especial Interdisciplinar IX	102
Tópico Especial Interdisciplinar X	102
Tópico Especial Interdisciplinar XI	102
Tópico Especial Interdisciplinar XII	102
Tópico Especial Interdisciplinar XIII	102
Tópico Especial Interdisciplinar XIV	102
Tópico Especial Interdisciplinar XV	102

5.3 Quadro de Semestralização

Semestre	Disciplina	CH
I	Introdução à Administração	68
	Introdução à Economia	68
	Introdução à Psicologia	68
	Teoria Geral do Turismo I	68
	Gestão do Lazer	68
	Total do semestre	340
II	Introdução às Ciências Sociais e Políticas	68
	Teoria Geral do Turismo II	68
	Turismo, Cultura e Sociedade	68
	Metodologia da Pesquisa Científica	68
	Total do semestre	272

III	Introdução à Filosofia	68
	Administração de Sistemas de Informação	68
	Fundamentos Geográficos do Turismo	68
	Meios de Hospedagem	68
	Total do semestre	272
IV	Estatística I	68
	Introdução ao Direito	68
	Planejamento e Organização do Turismo I	68
	Alimentos e Bebidas	68
	Total do semestre	272
V	Introdução à Contabilidade	68
	Planejamento e Organização do Turismo II	68
	Eventos	68
	Marketing Turístico	68
	Total do semestre	272
VI	Patrimônio Histórico Cultural	68
	Agenciamento e Transporte	68
	Turismo em Áreas Naturais	68
	Gestão do Turismo	68
	Estágio Obrigatório I	34
	Trabalho de Conclusão de Curso I	34
	Total do semestre	340
VII	Língua Inglesa	68
	Estágio Obrigatório II	34
	Trabalho de Conclusão de Curso II	34
	Total do semestre	136
	Disciplinas Complementares Optativas	510
	Atividades complementares	86
	Carga horária Total	2.500

Obs.: A disciplina Estatística I, por conta das suas particularidades, será ministrada totalmente, na modalidade presencial. Todas as demais disciplinas serão ministradas, em até 20% da carga horária, sob a modalidade semi-presencial. Essas disciplinas utilizar-se-ão de inovadoras ferramentas didático-tecnológicas da Educação a Distância (EaD), que sustentadas pelas Tecnologia da Informação e de Comunicação (TIC), que, por sua vez, possibilitam a utilização dos diversos recursos didáticos aos docentes e discentes, tais como: correio eletrônico, o Chat, Fóruns, Biblioteca Virtual, Lócus de Tarefas, Wiki, Glossários além das plataformas do Moodle.

5.4 Tabela de Lotação das Disciplinas

A disciplina de Introdução ao Direito será lotada na Faculdade de Direito (FADIR). As demais disciplinas do Curso de Graduação em TURISMO serão lotadas no Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS).

5.5 Ementário e Bibliografia

ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO: A Organização como Sistema. Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) e seus modelos de aplicações no ambiente organizacional. Canais de Comunicação Organizacional. Tecnologia da Informação (TI) e sua infra-estrutura nas organizações. Tecnologia da Comunicação (TC) e seus processos. Gestão de inovação das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) nas organizações. Telecomunicações e Redes. Mecanismos e implicações da interação entre o setor tecno-científico e o setor empresarial.

Bibliografia Básica: O'BRIEN, J. A. Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da internet. São Paulo: Saraiva, 2001. KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação organizacional, volume 1: histórico, fundamentos e processos. São Paulo: Saraiva, 2009. ARGENTI, Paul A. Comunicação empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2011. **Bibliografia complementar:** TAVARES, Maurício. Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. STAIR, R. M. Princípios de Sistemas de Informação. 6. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005. STEVEN JR., G.; JUDITH JR, G. Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial. 8. ed. São Paulo: LTC, 2006. TURBAN, E; RAINER JÚNIOR, R. K; POTTER, R. E; SOUZA, T. C. F. Administração de Tecnologia da Informação. Rio de Janeiro: Campus, 2003. OLIVEIRA, D. de P. R. de. Sistemas de informações gerenciais estratégicas, táticas e operacionais. São Paulo: Atlas, 2000.

AGENCIAMENTO E TRANSPORTE: Agências de viagens: conceito, atividades, funções e tipologias. Elementos históricos. Panorama do mercado de agências de turismo. Legislação, abertura e funcionamento. Características organizacionais. As agências de turismo como canais de distribuição em turismo: os processos de intermediação, desintermediação e reintermediação. Segmentação de mercado em agências de turismo. Tendências e perspectivas de mercado de agências de turismo. O agente de viagens: papel e desafios profissionais no mercado turístico atual e futuro. Características operacionais. Relações entre agências de viagens e demais agentes econômicos do mercado turístico. Relação entre agências de viagens e clientes: atendimento e comercialização em agências de viagens e operadoras turísticas. Planejamento e operação de roteiros e pacotes turísticos. Canais de comercialização dos destinos e dos produtos turísticos. Gestão da qualidade em agências de turismo. Empresas transportadoras, sua tipologia e particularidades. Regulamentação da atividade e contratação dos serviços. Modalidades de transportes utilizados no turismo. **Bibliografia Básica:** BAHL, M. Viagens e roteiros turísticos. Curitiba: Protexito, 2004. BRAGA, D.C. (Org). Agências de viagens e turismo: práticas de mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. TOMELIN, C.A. Mercado de agências de viagens e turismo: como competir diante das novas tecnologias. São Paulo: Aleph, 2001. PAGE, S. J. Transporte e Turismo, trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2001. **Bibliografia Complementar:** DANTAS, J.C.Z. Qualidade do atendimento nas agências de viagens: uma questão de gestão estratégica. 2.ed. São Paulo: Roca, 2008. MAMEDE, G. Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções. Barueri: Manole, 2003. PETROCCHI, M. ; BONA, A. Agências de turismo: planejamento e gestão. 3ed. São Paulo: Futura, 2005. PALHARES, G. L. Transportes Turísticos. São Paulo: Aleph, 2001.

ALIMENTOS E BEBIDAS: Alimentação e bebidas. Alimentos e bebidas e atividade turística. Gastronomia e produto turístico. Roteiros gastronômicos. Eventos gastronômicos. Organização de bares e restaurantes. Padrão de qualidade no atendimento ao cliente e ao turista. Técnicas de atendimento. Tipos de estabelecimentos de restauração. Profissionais da área de alimentos e bebidas (enólogo, barista, somelier, garçom, cheff, etc). Gestão de restaurantes. Organização da cozinha. Higiene e manipulação de alimentos. Tipos de serviços em alimentação. Etiqueta à mesa. Mise en place. Catering. Franquias em alimentação.

Bibliografia Básica: DAVIES, C.A. Alimentos e Bebidas. 2 ed. Caxias do Sul: Educs, 2001. FAGLIARI, G.S. Turismo e alimentação. São Paulo: Roca, 2005. SCHLÜTER, R. Gastronomia e Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. Coleção ABC do Turismo. **Bibliografia Complementar:** BARRETO, R.L.P. Passaporte para o sabor: tecnologias para a elaboração de cardápios. 6. Ed. São Paulo: Senac, 2005. CASTELLI, G. Administração Hoteleira. 9 ed. Caxias do Sul: Educs, 2001. FREUND, F.T. Alimentos e bebidas: uma visão gerencial 2. Ed. Rio de Janeiro: Senac, 2008. MARICATO, P. Como montar e administrar bares e restaurantes. 6 ed. São Paulo: SENAC, 2005. OMT, Organização Mundial do Turismo: Manual de qualidade, higiene e inocuidade dos alimentos no setor de turismo: guia de consulta para funcionários, planejadores, empresários e operadores de turismo. Trad. Cláudia Bruno Galvão. São Paulo: Roca, 2003.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, que auxiliam o discente a ampliar seu leque de opções para a realização de experimentos e de vivências acadêmicas, tanto internas quanto externas ao curso, sem se confundirem com o estágio curricular supervisionado e as atividades curriculares previstas no desenvolvimento regular das disciplinas do Curso de Bacharelado em Turismo, especialmente em razão de sua amplitude e de sua rica dinâmica.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - A superação do etnocentrismo europeu. Ensino de história e multiculturalismo. Conceitos fundamentais: raça, etnia e preconceito. Intelectuais, raça, sub-raça e mestiçagem. O mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento. A legislação brasileira e o direito de igualdade racial. A sociedade civil e a luta pelo fim da discriminação de raça e cor. Os efeitos das ações afirmativas. **Bibliografia Básica:** CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2.000. DAVIES, Darien J. Afro-brasileiros hoje. São Paulo: Selo Negro, 2000. Dossiê racismo. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, 43, novembro de 1995, p. 8-63. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Caetana diz não: histórias de mulheres na sociedade escravista brasileira. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. **Bibliografia Complementar:** CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981. HUNTLEY, Lynn; GUIMARÃES, Antônio Sergio (Orgs). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I: Atividades práticas desenvolvidas junto às instituições públicas e privadas, que possibilitem a aplicação dos conhecimentos teóricos e técnicos adquiridos nas disciplinas que compõem a área de formação profissional, seguindo a normatização do regulamento de estágio supervisionado. O Estágio

seguirá Regulamento Específico aprovado pelo Colegiado do Curso de Turismo.
Elaboração de Relatório Final de Estágio

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II: Atividades práticas desenvolvidas junto às instituições públicas e privadas, que possibilitem a aplicação dos conhecimentos teóricos e técnicos adquiridos nas disciplinas que compõem a área de formação profissional, seguindo a normatização do regulamento de estágio supervisionado. O Estágio seguirá Regulamento Específico aprovado pelo Colegiado do Curso de Turismo.
Elaboração de Relatório Final de Estágio

ESTATÍSTICA I: Estatística descritiva (distribuição de freqüência, medidas de tendência central, de dispersão, etc.). Noções de probabilidade. Conceito de variável aleatória, esperança matemática. Distribuição binomial. Distribuição normal. Amostragem e estimação: Conceito de amostra e população, tipos de amostragem, estatísticas e parâmetros, distribuição amostral da média e da proporção, estimação pontual e intervalar, intervalos de confiança da média e da proporção. Teste de hipóteses e intervalos de confiança. **Bibliografia Básica:** KIRSTEN, J.T. Estatística: aplicada às Ciências Sociais e ao turismo. São Paulo: Saraiva, 2006. MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. Estatística básica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. TRIOLA, M. F. Introdução à estatística. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. **Bibliografia Complementar:** CRESPO, A. A. Estatística fácil. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. SMAILES, J.; McGRANE, A. Estatística aplicada à administração com Excel. São Paulo: Atlas, 2002. STEVENSON, W. J. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harbra, 1986.

EVENTOS: Conceituação e tipologia de eventos. A importância econômica, social e cultural dos eventos para o setor turístico e para localidade. Cerimonial e Protocolo. Administração de Eventos: planejamento, análise de viabilidade. Operação de Eventos: cerimonial e protocolo, formatação do produto. Avaliação do produto evento. Captação de eventos. Calendários **Bibliografia Básica:** BETTEGA, M.L. (org.). Eventos e Cerimonial: simplificando as ações. 3.ed. Caixas do Sul: EDUCS, 2004. MATIAS, M. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 4. ed. Barueri: Manole, 2007. ZANELLA, L.C. Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2008. **Bibliografia Complementar:** ALLEN, J. et. al. Organização e gestão de eventos. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. GIACAGLIA, M.C. Eventos: como criar, estruturar e captar recursos. São Paulo: Pioneira, 2006. PAIVA, H.A.B.P; NEVES, M.F. Planejamento Estratégico de Eventos. São Paulo: Atlas, 2008.

FUNDAMENTOS GEOGRÁFICOS DO TURISMO: Definições de espaço, território, lugar e não-lugar. Apropriação, produção e consumo do espaço pela atividade turística. Elementos do espaço. Aspectos biofísicos do ambiente brasileiro. O processo de ocupação e a produção do espaço brasileiro. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. Aspectos sócioeconômicos do Brasil. Dinâmica espacial do território brasileiro. O Processo de Regionalização do Espaço Brasileiro. **Bibliografia Básica:** BOULLÓN, R. Planejamento do Espaço Turístico. Bauru-SP: EDUSC, 2002. CRUZ, R. A.. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: Roca, 2000. YÁZIGI, E. (Org.) Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. **Bibliografia Complementar:** FARIA, D. S , CARNEIRO, K.S. Sustentabilidade Ecológica no Turismo. Brasília: Ed. UNB – Universidade de Brasília, 2001. RODRIGUES, A. B.

Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001. SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

GESTÃO DO LAZER: Noções sobre trabalho, ócio e tempo livre na sociedade moderna e no decorrer da evolução da sociedade. Definição e divisão do Tempo Livre, sua situação na atualidade e suas relações com as necessidades dos indivíduos. Definições de lazer. Teorias sobre lazer. A organização das atividades de lazer e recreação. Jogos, atividades esportivas, hobbies e práticas interativas. O Lazer e o mercado de trabalho. Empresas e Instituições voltadas a prática do lazer. Técnicas de recreação. Planejamento de programas de lazer. Relações do turismo com o lazer e a recreação. Turismo de lazer e profissionalização. Projetos em Lazer e recreação. **Bibliografia Básica:** CAVALLARI, V. R. e ZACARIAS V. Trabalhando com Recreação. São Paulo: Ícone, 2000. NEGRINE, A. Recreação na Hotelaria: o pensar e o fazer lúdico. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. PINTO, L.M.S.M. (org.). Como Fazer Projetos de Lazer: elaboração, execução e avaliação. Campinas-SP: Papyrus, 2007. MARCELLINO, N. C. Lazer e Humanização. 2 ed. Campinas: Papyrus. 1995. **Bibliografia Complementar:** BOULLON, R. Atividades Turísticas e Recreativas: o homem como protagonista. Sauru: EDUCS, 2002. TORRES, Z. B. Animação Turística. São Paulo: Roca, 2004. BACAL, S. Lazer e o Universo dos Possíveis. São Paulo: Aleph, 2003. DUMAZEDIER, J. Sociologia Empírica do Lazer. São Paulo: Perspectiva, 1980.

GESTÃO DO TURISMO: Conceito dos serviços, produtos turísticos e respectivos mercados. Interação do mercado turístico e comercialização. Códigos, nomenclaturas, terminologias e expressões específicas. Estrutura de distribuição de serviços e produtos da área. Dinâmica de atuação das Associações do trade turístico e a relação com o mercado. Panorama atual do mercado turístico e tendências. **Bibliografia Básica:** BAHL, M.. Mercado Turístico: áreas de atuação. São Paulo. Roca, 2003. OMT. Turismo internacional: uma perspectiva global. Bookman, 2003. PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. Segmentação do mercado Turístico: estudos, produtos e perspectiva. Barueri. Manole, 2008. **Bibliografia Complementar:** MONTEJANO, J.M. Estrutura do mercado turístico. São Paulo. Roca, 2001. LOHMANN, G. PANOSSO NETTO, A. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo. Aleph, 2008. OMT. Sinais e símbolos turísticos. São Paulo. Roca, 2003.

INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO - Fundamentos da administração; o ambiente da administração e da organização; planejamento e estratégia; organização na empresa; liderança nas organizações; controle; a nova organização. Funções na empresa. O processo gerencial. Novas formas de administração e Tecnologias de gestão Organizacional. Ferramentas de Gestão. Novas demandas ambientes para o gestor. Departamentalização. Layout. Análise organizacional. **Bibliografia Básica:** BATEMAN, T. S; SNELL, Scott A. Administração: o novo cenário competitivo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. BATEMAN, T. S; SNELL, Scott. A. Administração: uma vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998. MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2004. **Bibliografia Complementar:** MONTANA, P. J; CHARNOV, B. H. Administração. São Paulo: Saraiva, 1999. Pioneira, 1998. MOTTA, F. C. P; VASCONCELOS, I. F. G. Teoria geral da administração. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006. ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005.

INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE - Noções preliminares: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Processo contábil. Patrimônio: estrutura e variações. Escrituração contábil: contabilização de estoques e de problemas contábeis diversos. Demonstrações contábeis: Elaboração e estruturação. **Bibliografia Básica:** CHING, H. Y. Novas práticas contábeis para a gestão de negócios. São Paulo: Prentice Hall, 2005. MARION, J. C; IUDICIBUS, S. Curso de contabilidade para não contadores. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MARTINS, E. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003. **Bibliografia Complementar:** IUDICIBUS, S. de (Coord.). Contabilidade introdutória. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998. NAGATSUKA, D. A. da S.; TELES, Egberto Lucena. Manual de Contabilidade Introdutória. São Paulo: Ed. Thomson Learning, 2002. PADOVEZE, C. L. Introdução à Contabilidade. São Paulo: Ed. Thomson Learning. 2005. REEVE, James M.; FESS, Philip. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Thomson Learning. 2001.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA – Fundamentos da Ciência Econômica. Divisão da Economia. Os problemas econômicos. As organizações econômicas, o Estado e Sociedade. A racionalidade econômica. Mercados. Moeda. Política Monetária. Taxa de Câmbio. Finanças Internacionais. Economia agrícola. Crescimento Econômico e Desenvolvimento. Trocas internacionais. Desequilíbrios e pontos de estrangulamento na economia brasileira Investimentos estrangeiros no Brasil. Perspectivas da economia brasileira. **Bibliografia Básica:** CASTRO, A. B; LESSA, C. Introdução à economia. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. MANKIW, N. G. Introdução à Economia. São Paulo: Thomson Pioneira, 1999. VASCONCELLOS, M. A. S; GREMAUD, A; TONETO JR, R. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2012. **Bibliografia Complementar:** PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS; M. A. S. (Org.). Manual de Economia. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. VASCONCELLOS, M. A. S; GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 2002. WONNACOTT, P; WONNACOTT, R. Economia. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA – Iniciação à reflexão filosófica através do estudo de textos filosóficos. Origem do pensamento filosófico: do mito ao logos. Do conhecimento do mundo físico ao conhecimento do mundo humano. Distinção entre senso comum, ética e filosofia como saber reflexivo e crítico. A atitude filosófica. Principais períodos da história da filosofia. Os principais problemas do saber filosófico. **Bibliografia Básica:** ARANHA, M. L. de A; MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002. ARRUDA, M. C. C. de; WHITAKER, M. do C; RAMOS, J. M. R. Fundamentos de ética empresarial e econômica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. BROWN, M. T. Ética nos negócios. São Paulo: Makron Books, 1993. **Bibliografia Complementar:** REALE, M. Introdução à Filosofia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. SOUZA, H. de; RODRIGUES, C. Ética e cidadania. São Paulo: Moderna, 2002. TELES, M. L. S. Filosofia para jovens: uma iniciação à filosofia. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

INTRODUÇÃO A PSICOLOGIA: Características do desenvolvimento da personalidade e processo de socialização humana. Convivência em grupo e relações humanas. Motivação no trabalho. Integração entre psicologia, turismo e a hospitalidade. O fator humano no contexto organizacional. A psicologia como ferramenta de recursos humanos e vendas. Criatividade. Tomada de decisão e resolução de conflitos. Percepção e turismo. Formação da imagem no Turismo.

Relação do indivíduo com o meio ambiente. Aspectos psicológicos e motivacionais dos turistas e dos autóctones. **Bibliografia Básica:** BARROS, C. S. G. Pontos de Psicologia do Desenvolvimento. 12 ed. São Paulo: Ática, 2000. BRAGHIROLI, E. M. Psicologia Geral. 20.ed. Porto Alegre: Vozes, 2001. 8 ex. SILVA B. F. A psicologia Aplicada ao Turismo e Hotelaria. 2. ed. São Paulo: Cerna, 2000. 8ex. **Bibliografia Complementar:** BOCK, A. M. B. *et al.* Psicologias. São Paulo: Ed. Saraiva, 1993. BRANDEN, N. Auto-Estima: como aprender a gostar de si mesmo. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2001. KANAANE, R. Comportamento Humano nas Organizações: o homem rumo ao século XXI. São Paulo: Ed Atlas, 1996.

INTRODUÇÃO AO DIREITO - Introdução ao Direito. Direito Constitucional. Direito Comercial. Direito Financeiro. Direito Trabalhista. Direito Empresarial Direito Ambiental. Direito Internacional. Teoria dos Contratos. Teoria da Propriedade. A relação das organizações para com o Estado, mercado e sociedade. A relação da empresa com os recursos naturais: noções de direito ambiental. Legislação turística e ambiental. **Bibliografia Básica:** BRANCATO, R. T. Instituições de Direito Público e de Direito Privado. São Paulo: Saraiva. 2004. MARTINS, S. P. Instituições de direito público e privado. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MELLO, C. A. B. Curso de direito administrativo. 21. ed. São Paulo: Malheiros Catavento, 2006. **Bibliografia Complementar:** FUHRER, M. C. A. Manual de Direito Público e Privado. São Paulo: Malheiros, 2005. MASCARO, A. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2005. NASCIMENTO E PINHO. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2005.

INTRODUÇÃO AS CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS - Conceito e Contextualização das Ciências Sociais e das Ciências Políticas. A formação das instituições sociais e políticas no Brasil. Antropologia: contribuição, formação do homem no espaço cultural brasileiro. Sistema político clássico e contemporâneo e sua influência nas políticas empresariais. Questões estratégicas contemporâneas e suas relações do desenvolvimento brasileiro. O cidadão do século XXI. **Bibliografia Básica:** BERNARDES, C; MARCONDES, R. C. Sociologia Aplicada à Administração. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. CASTRO, C. A. P. de. Sociologia Aplicada à Administração. São Paulo: Atlas, 2003. COSTA, C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002. **Bibliografia Complementar:** WEBER, Max. Ciência e política; duas vocações; 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. COELHO, M. F. PINHEIRO. Política, Ciência e Cultura em Max Weber. Brasília: UNB, 2000. LAKATOS, E. M. Sociologia da Administração. São Paulo: Atlas, 1997. OLIVEIRA, S. L. de. Sociologia das Organizações. São Paulo: Pioneira, 1999. FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf. São Paulo: IMESP, 2003.

LIBRAS - Introdução à LIBRAS. Desenvolvimento cognitivo e linguístico e aquisição da primeira e segunda língua. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação. **Bibliografia básica:** FELIPE, T. A. Libras em contexto. Brasília: MEC; SEESP, 2001. QUADROS, R. M. & KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. **Bibliografia Complementar:** BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.portal.mec.gov.br/seesp>>. Acesso em: abr. 2006. BUENO, J. G. Surdez, linguagem e cultura. Cadernos CEDES, n. 46. Campinas: CEDES, 1998. FELIPE, T. & MONTEIRO, M. S. Libras em contexto. Curso básico de LIBRAS. Brasília: MEC: SEESP, 1997.

LÍNGUA INGLESA: Introdução à língua inglesa, estrutura e gramática. Comunicação oral através de diálogos. Funções e estruturas básicas da língua inglesa. Técnicas de leitura como *Skimming* – leitura para compreensão global e *Scanning* – leitura para localização e atendimento de informações específicas. Estudo e interpretação de textos da língua inglesa relacionados ao turismo e hotelaria. Vocabulário técnico da área. Informações, sugestões, conselhos, comunicação ao telefone, relatos de acontecimentos, informações de viagens e hospedagem. Comunicação e criação de documentos profissionais. Cultura inglesa e norte-americana. **Bibliografia Básica:** CRUZ, D. T. Inglês para Turismo e Hotelaria. 1ed. São Paulo: Disal, 2005. DE BIAGGI, E. T; STAVALE, E. Enjoy your Stay: inglês básico para hotelaria e turismo. 1. ed. São Paulo: Disal, 2004. TORRES, N. Gramática prática da Língua Inglesa- o Inglês Descomplicado. 8 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000. **Bibliografia Complementar:** CATUREGLI, M. G. Dicionário Inglês – Português: turismo, hotelaria e comércio exterior. São Paulo: Aleph, 1999. HALL, D. e FOLEY, M. Modal Verbs - front line english grammar series. SBS Publishing. RICHARDS, C, J. New Interchange – English for International Communication. Cambridge University Press.

MARKETING EM TURISMO: Conceitos de marketing e de administração mercadológica. Ambiente de marketing. Globalização. Pesquisa de marketing e sistema de informação de marketing. Comportamento do consumidor. Comportamento de compra em mercados organizacionais. Segmentação de mercado, previsão da demanda e posicionamento mercadológico. Desafios do Marketing. Desenvolvimento de estratégias. Posicionamento da Marca. Estratégias de Vendas no Turismo, Publicidade e Propaganda de serviços turísticos. Plano de Marketing. **Bibliografia Básica:** BALANZÁ, I. M.; NADAL, M. C. Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos. São Paulo: Pioneira, 2003. COBRA, M. *Marketing de Turismo*. São Paulo: Cobra, 2001. KOTLER, P. ;KELLER, K. L. Administração de Marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson PrenticeHall,2006. **Bibliografia Complementar:** VAZ, G. N. Marketing Turístico – Receptivo e Emissivo: um roteiro estratégico para projetos mercadológicos públicos e privados. São Paulo: Pioneira, 2002. CASAS, A. L. L. Marketing: conceitos, exercícios, casos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004. CHURCHILL, G. A. Marketing: criando valor para o cliente. São Paulo: Saraiva, 2000.

MEIOS DE HOSPEDAGEM: História e evolução dos meios de hospedagem. Conceitos, tipologias e categorias do produto hoteleiro. Classificação dos equipamentos hoteleiros. Setorização dos serviços hoteleiros. Administração de Meios de Hospedagem. Tipologia de unidades habitacionais. Estrutura organizacional. Normatização dos padrões de atendimento e qualidade. Redes e complexos hoteleiros. Descrição de Cargos e Tarefas. Recursos humanos. Organograma e fluxo de trabalho e informações da área de hospedagem Classificação oficial de hotéis. Setorização dos serviços hoteleiros. Estrutura física e humana. Legislação dos Meios de Hospedagem. Gestão e técnicas operacionais de Front Office de hotéis, incluindo o setor de reservas e a recepção. Gestão e técnicas

operacionais de Governança, considerando o perfil profissional e as funções administrativas e executivas da Governanta Executiva e camareiras. **Bibliografia Básica:** CÂNDIDO, Í.; VIEIRA, E.V.. Gestão de hotéis: técnicas, operações e serviços. Caxias do Sul: Educus, 2003. CASTELLI, G. Administração Hoteleira. Caxias do Sul. EDUCS, 1992. ISMAIL, A. Hospedagem: front office e governança. Cengage Learning, 2004. **Bibliografia Complementar:** MARQUES, J. A. Introdução à Hotelaria. Bauru, SP: Educus, 2003. PETROCCHI, M. Hotelaria: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2002. RICCI, R. Hotel: estratégias competitivas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. MINISTÉRIO DO TURISMO. Guia da Camareira. Instituto de Hospitalidade. Salvador, 2007. MINISTÉRIO DO TURISMO. Guia de Recepcionista. Instituto de Hospitalidade. Salvador, 2007.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTIFICA: Metodologia Científica: Estudo Interdisciplinar em Turismo. Metodologia da Pesquisa em Turismo. Método das Ciências; Discussões, Críticas e Aprofundamento das Concepções dos Conceitos. Tipos de Estudo. Projetos de Pesquisa. Estudo das Principais Linhas de Pesquisa. Etapas da Pesquisa; Plano de Coleta de Dados; Tabulação dos Dados; Análise dos Resultados; Verificação das Hipóteses; Elaboração de Relatórios, Fichamentos e Artigos Científicos; Sínteses e Trabalhos Monográficos; Discutir as noções de texto, língua e discurso, suas inter-relações e sua aplicabilidade para a produção e leitura de texto; elementos de coesão e coerência textual; macroestrutura dos textos narrativos, descritivos e argumentativos; elementos linguístico-discursivos de textos narrativos e argumentativos. Leitura e produção de textos acadêmicos. **Bibliografia Básica:** ÁVILA, V. F. A pesquisa na dinâmica da vida e na essência da universidade. Campo Grande: UFMS, 1995. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006. REJOWSKI, M. Turismo e Pesquisa Científica: pensamento internacional e situação brasileira. Campinas: Papyrus, 1996. KOCH, I. V. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1993. **Bibliografia Complementar:** ALVES, M. Como escrever teses e monografias: roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnica de Pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002. MOESH, M. M. A produção do saber turístico. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002. LOUREIRO, A.B. Guia para elaboração e apresentação de trabalhos científicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: Análise do desenvolvimento histórico do Brasil com especial ênfase para o período histórico mais recente, a partir da década de 1950. Entender o processo de desenvolvimento econômico do país e os problemas gerados no decorrer desse processo. Introdução ao conhecimento/conceitos do patrimônio histórico cultural. Introdução ao conhecimento de cultura. Tendências contemporâneas. O legado Cultural sua importância na preservação do patrimônio histórico e cultural. Análise de roteiros histórico-culturais. O patrimônio histórico-cultural como atrativo turístico. Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. A museologia e o patrimônio cultural e sua importância para o desenvolvimento das atividades turísticas. Introdução ao estudo do patrimônio material, imaterial, histórico, arqueológico e paisagem cultural. **Bibliografia Básica:** BARRETTO, M. Turismo e Legado Cultural. 3 ed. Campinas : Papyrus, 2000. CAMARGO, H. L. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo : Aleph, 2002. FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Orgs). Turismo e Patrimônio Cultural. 2 ed. São Paulo: contexto, 2002. FAUSTO, B. História do Brasil. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2000. **Bibliografia Complementar:** ABREU, C. Capítulo de História Colonial. Rio de

Janeiro, edição da S.C.A.,1928. BORGES, C. Patrimônio e Memória Social: a formação política de preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo. LOCUS: In Revista de história. Juiz de Fora, vol.5, nº 2, p 113-125, 1999. PELLEGRINI Filho, A. Patrimônio Cultural brasileiro, 1910-1988. In Revista Latino Americano de Turismo, Buenos Aires, vol 1, pag. 35-47, jan. 91. COSTA, E.V. Da senzala à colônia. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TURISMO I: Planejamento: conceituação, características, antecedentes e evolução. Etapas do planejamento (diagnóstico e prognóstico). Princípios do planejamento. Dimensões do planejamento. Metodologias de planejamento. Planejamento Participativo e Integrado. Planejamento numa visão sistêmica. Ciclo do planejamento. Elaboração, análise, execução e gestão de planos, programas e projetos. Enfoques do planejamento turístico. Relações institucionais e as interfaces do planejamento. Ciclo de vida das destinações turísticas (teorias).Planejamento e Sustentabilidade. **Bibliografia Básica:** BARRETO, M. Planejamento e Organização do Turismo. Campinas: Papirus, 1997. BISSOLI, M. A. M. A. Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação. São Paulo: Futura, 1999. BOULLÓN, R. Planejamento do espaço turístico. Bauru: EDUSC, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo. 7 ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. DIAS, R. Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003. . RUSCHMANN, D. V. D. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TURISMO II - Planejamento: objetivos e escopo; formação de equipes; inventário turístico e instrumentos de coleta de dados.Elaboração de planejamento turístico municipal. Planejamento como fator de desenvolvimento sustentável do turismo, minimizando impactos e favorecendo as comunidades locais. Etapas específicas do processo de planejamento: avaliação e hierarquização dos atrativos; diagnóstico; prognóstico; proposições e avaliação. **Bibliografia Básica:** BARRETO, M. Planejamento e Organização do Turismo. Campinas: Papirus, 1997. BISSOLI, M. A. M. A. Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação. São Paulo: Futura, 1999. RUSCHMANN, D. V. D. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo. 7 ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. BOULLÓN, R. Planejamento do espaço turístico. Bauru: EDUSC, 2002. DIAS, R. Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

TEORIA GERAL DO TURISMO I: Fundamentos teórico-históricos do turismo, enquanto fato, fenômeno e atividade. Turismo como Ciência e como Técnica. Conceituação, características, fatores intervenientes e evolução. Configuração do mercado turístico – oferta, demanda, infra-estrutura e superestrutura. Caracterização, classificação, tipologia. Componentes estruturais, institucionais e operacionais do turismo. Dimensionamento dos serviços turísticos. Mensuração da demanda de bens e serviços turísticos. Ciclo de vida dos produtos turísticos. O perfil profissional do Bacharel em Turismo. Os campos de atuação do Bacharel em turismo. As organizações (Aiest, COTAL, ABAV, ABIH, etc) e fontes oficiais (OMT, WTTC, EMBRATUR, etc) na formação do Bacharel em Turismo. Destinos turísticos. Segmentação de mercado. **Bibliografia Básica:** ANDRADE, J.V. Turismo:

Fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1998. IGNARRA, L.R. Fundamentos do Turismo. 2a. ed. São Paulo: Pioneira, 53 2003. McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** TRIGO, L.G.G. (org.). Como Aprender, como Ensinar Turismo. 2a ed. São Paulo: Senac, 2001. BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: Senac, 1998. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

TEORIA GERAL DO TURISMO II: Abordagem dos fundamentos da Teoria de Sistemas aplicada ao Turismo; Compreensão da dimensão, componentes, dinâmica, estrutura, instrumentação e operacionalização do SISTUR – Sistema de Turismo; Análise Estrutural do Turismo em diferentes continentes; Teorias, Sistemas e Modelos. Tendências e perspectivas do turismo no mundo, na América do Sul e no Brasil, a partir de casos específicos. Pós-Modernidade e o Turismo. Visão do universo do turismo na sociedade contemporânea. **Bibliografia Básica:** BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 3 ed. São Paulo: Senac, 2000. BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. PANOSSO NETTO, A. Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005. TRIGO, L.; PANOSSO NETTO, A. Reflexões sobre um Novo Turismo: política, ciência e sociedade. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003. **Bibliografia Complementar:** LOCKWOOD, A.; MEDLIK, S. Turismo e Hospitalidade no século XXI. São Paulo: Manole, 2003. MOLINA, S. O Pós-Turismo. São Paulo: ALEPH, 2003. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES I - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES II - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo.

São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES III - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES IV - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES V - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo.

São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES VI - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES VII - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES VIII - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C.

Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES IX - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES X - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES XI - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C.

Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES XII - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES XIII - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES XIV - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e

filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS INTERDISCIPLINARES XV - Estudos de tópicos especiais sobre os fatos e fenômenos ligados à área do Turismo, no âmbito público ou privado, ou ainda aqueles interdisciplinados aos conteúdos de outras áreas das ciências auxiliares, com vistas ao enriquecimento da formação pessoal, profissional e científica do aluno. Abordagens diversas sobre o mercado e produção do turismo, com vistas aos temas complexos de ordem emergencial ou conjuntural. Capacitação e desenvolvimento das habilidades e competências no direcionamento e aprofundamento da formação do Bacharel em Turismo do novo Século. **Bibliografia Básica:** McINTOSCH, Robert., GOELDER, Charles. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. THEOBALD, W. F. (org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. RITCHIE, J.R.Brent. Turismo: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. **Bibliografia Complementar:** BENI, M. C. Globalização do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I: Desenvolvimento do projeto de pesquisa. Pesquisa do referencial teórico. Instrumentos de coleta de dados. Esquema de tratamento de dados. Elaboração do projeto de pesquisa. Apresentação oral e escrita da parcial do projeto perante a Banca Examinadora para análise e argüição (Regulamento Específico). **Bibliografia Básica :** BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. Fundamentos de Metodologia Científica. 2.ed. São Paulo: Makron, 2000. MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. São Paulo, Atlas, 1999. SANTOS, A. R. dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento, Rio de Janeiro, DP&A editora, 1999. **Bibliografia Complementar:** ECO, U. (1995). Como se faz uma Tese. 12 edição. São Paulo: Perspectiva. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnica de Pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002. MARTINS, G. A. Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações. São Paulo: Atlas, 1998.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II: Elaboração de monografia, conforme projeto de pesquisa desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso I. apresentação oral perante a Banca Examinadora para análise e argüição (Regulamento Específico). **Bibliografia Básica :** BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. Fundamentos de Metodologia Científica. 2.ed. São Paulo: Makron, 2000. MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. São Paulo, Atlas, 1999. SANTOS, A. R. dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento, Rio de Janeiro, DP&A editora, 1999. **Bibliografia Complementar:** ECO, U. (1995). Como se faz uma Tese. 12 edição. São Paulo: Perspectiva. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnica de Pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002. MARTINS, G. A. Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações. São Paulo: Atlas, 1998.

TURISMO EM ÁREAS NATURAIS: Legislação e política brasileira para a visitação em áreas naturais. Unidades de Conservação e demais tipos de áreas sob proteção especial. Tipologias de turismo em áreas naturais - princípios, evolução, definições. Potenciais impactos do turismo em áreas naturais. Recursos naturais de interesse turístico. O ambiente natural: planejamento e sustentabilidade. Conduta em ambientes naturais. Perfil do turista. Capacidade de carga e monitoramento ambiental. **Bibliografia Básica:** FERRETTI, E. R.. Turismo e Meio Ambiente: uma abordagem integrada. São Paulo. Roca, 2002. KINKER, S. Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais. Campinas-SP: Papyrus, 2002. TAKAHASHI, L. Uso Público em Unidades de Conservação. Cadernos de Conservação nº 2. Curitiba, PR. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2004. **Bibliografia Complementar:** FENNELL, D. A. Ecoturismo: Uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002. MMA Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação. MMA/DBF/PNAP. Brasília, DF. 61 p. 2006. MMA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC: Lei Nº. 9.985 de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de Agosto de 2003. 3ª ed. aum. Brasília: MMA/SBF. 52 p. 2003.

TURISMO, CULTURA E SOCIEDADE: Aspectos antropológicos e culturais. Etnocentrismo. Diversidade cultural. Cultura e turismo. A cultura enquanto produto turístico. Aspectos da cultura regional. Turismo cultural. A Cultura. Cultura erudita e Cultura Popular. A Identidade como construção histórica. Estudo das manifestações artísticas da Pré-História aos dias atuais. Formação da Ciência Social, algumas correntes de pensamento. Métodos de análise social. Características e discussões socioeconômicas sobre as comunidades receptoras e turistas. Classes sociais e ideologias. Sociedades tradicionais, modernas e pós- industriais. Instituições sociais e estruturação social. Relações Sociais. Turista e comunidade local. Os impactos do turismo nos núcleos receptores. Turismo, cultura e sociedade. Turismo Comunitário. A cultura brasileira e regional. Cultura afrodescendente, indígena e quilombola. **Bibliografia Básica:** DA MATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986. LARAIA, R. B. Cultura, um conceito antropológico. 22 ed. Rio de Janeiro: J Zahar, 2008. SANTANA, A. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. Trad. Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009. BARRETO, M. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papyrus, 2000. FUNARI, P.P.; PINSKY, J. (org). **Bibliografia Complementar:** BARRETO, M. Cultura e turismo: discussões contemporâneas. Campinas, SP: Papyrus, 2007. NOGUEIRA, A.X. Pantanal: homem e cultura. Campo Grande MS: UFMS, 2002. PAIVA, M.G.M. Sociologia do turismo. Campinas SP: Papyrus, 1995. BHABHA, H. K. O local da cultura. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de L. Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: EUFMG, 2003.

5.6 Política de Implantação do novo currículo

A primeira Estrutura Curricular será implantada, a partir do primeiro semestre letivo de 2014, para os alunos ingressantes.

6 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

6.1 Sistema de avaliação da aprendizagem

O sistema de avaliação discente a ser praticado no Curso de Graduação em Turismo/CCHS/UFMS está previsto nos Capítulos XVI e XVII da Resolução nº 269/COEG/UFMS, de 1º de agosto de 2013, com efeitos, a partir do primeiro

semestre letivo de 2014, que aprovou o Regulamento do Sistema de Matrícula por Disciplina para os Cursos de Graduação da UFMS, na qual fixa sobre o ano letivo, os horários de aulas, currículo pleno dos cursos, estruturas curriculares, planos de ensino, forma de ingresso, matrícula, transferências e verificação de aprendizagem.

O aproveitamento da aprendizagem será verificado em cada disciplina contemplando o rendimento acadêmico durante o período letivo, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino. Em cada disciplina, a programação do Plano de Ensino deverá prever, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa substitutiva, as quais o professor deverá consignar ao acadêmico graus numéricos de 0,0 (zero vírgula zero) à 10,0 (dez vírgula zero). A aprovação em cada disciplina exige a obrigatoriedade de frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento e Média de Aproveitamento (MA) igual ou superior a 6,0 (seis, vírgula zero).

6.2 Sistema de auto-avaliação do curso

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14.04.2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (ENADE), a UFMS designou uma equipe que compôs a Comissão Própria de Avaliação da UFMS (CPA/UFMS), que está se organizando e elaborando instrumentais, a fim de orientar aos Coordenadores de Cursos sobre a auto-avaliação.

A referida comissão é composta por docentes, técnicos administrativos e discentes, sendo para cada titular um suplente. A CPA/UFMS disponibilizou um link no endereço eletrônico da UFMS (www.ufms.br) para acesso de documentos e relatórios. A metodologia adotada pela CPA/UFMS foi encaminhada à CONAES/MEC, constituída de etapas e análise das dimensões fixadas pela Lei nº 10.861/2004.

Foi fixado um cronograma para as ações referentes às coordenações de cursos de graduação, que a CPA/UFMS está coordenando, para a consecução da auto-avaliação, prevista pelo SINAES, a avaliação discente do curso e das disciplinas cursadas no ano anterior, a ser realizada de forma eletrônica em razão da informatização do instrumento de avaliação fixado pela Resolução CAEN nº 167, de 04.10.2000. O formulário encontra-se disponível no endereço da CPA/UFMS (www.ledes.net/siai), conforme informa a CI nº 3, de 21.11.2005, do Presidente da CPA/UFMS para a coordenação de curso.

Além disso, a Supervisão de Curso realizará reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando analisar eventuais problemas e indicar soluções. No que se refere, especificamente, a avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

6.3 Projeto Institucional de Monitoramento e Avaliação do Curso

De acordo com o informado no item anterior sobre o Sistema de Auto-avaliação do Curso, a CPA/UFMS disponibilizou um link no endereço eletrônico da UFMS (www.ufms.br) para acesso de documentos e relatórios. Além da avaliação discente do curso e das disciplinas cursadas no ano anterior, realizada de forma eletrônica, a CPA/UFMS está promovendo a avaliação constituída dos seguintes itens:

- descrição quantitativa de todos os dados referentes ao curso (acadêmicos, matrículas, dependências, rendimento, desistências, etc.);
- avaliação dos impactos sociais do curso;

- avaliação das atividades dos docentes que atuam no curso;
- avaliação do suporte administrativo às atividades do curso, e;
- avaliação do curso.

7 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO.

Neste item serão abordados os aspectos relativos às atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação envolvendo o Estágio Obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares e a participação do corpo discente no processo de avaliação do curso e das atividades acadêmicas.

7.1 Estágio

De acordo com o Anexo da Resolução COEG nº 155, de 11/09/2009, o estágio na UFMS é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do acadêmico para a atividade profissional, integrando os conhecimentos técnicos, práticos e científicos dos acadêmicos, permitindo a execução dos ensinamentos teóricos e a socialização dos resultados obtidos, mediante intercâmbio acadêmico-profissional.

A Comissão de Estágio (COE) é responsável pela providência, junto aos Órgãos Superiores da UFMS, dos convênios necessários para a plena execução do Estágio Obrigatório. A Resolução COEG nº 155, de 11/09/2009 aprovou o Regulamento de estágio para os acadêmicos da UFMS.

O coordenador da COE, a partir dos cronogramas de estágios, realiza supervisão periódica das atividades desenvolvidas, tanto no Estágio Obrigatório quanto no Estágio Não-Obrigatório. As normas de Estágio Obrigatório, específicas do curso de Turismo são elaboradas pela COE/Turismo e encaminhadas aos órgãos competentes para análise e aprovação.

São Objetivos do Estágio:

- Integrar teoria e prática em situações reais ou o mais próximo possível;
- Propiciar a avaliação do trabalho acadêmico desenvolvido pelo curso;
- Desenvolver a reflexão e resolução de problemas relacionados à prática profissional;
- Conhecer a dinâmica do campo de estágio e interagir com a mesma; entre outros.

7.2 Estágio Obrigatório

O Estágio Obrigatório do curso de Turismo é desenvolvido através de orientação e supervisão de um professor, proporcionando ao estudante a oportunidade de integrar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, assim como a oportunidade de aprimoramento técnico, cultural, científico e de relações humanas, visando a complementação do processo de ensino e aprendizagem. O Estágio Obrigatório deve ser desenvolvido a partir do momento que o acadêmico já tenha tido formação básica, tecnológica e complementar suficiente para desenvolver um estágio que seja produtivo tanto para ele quanto para a instituição onde o estágio será realizado, de acordo com as normas definidas pela COE.

7.3 Estágio Não Obrigatório

O Estágio Não-Obrigatório é aquele de natureza opcional, com a finalidade de complementar os conhecimentos teóricos do acadêmico.

De acordo com a Resolução COEG nº155 de 11.09.2009, o Estágio Não-Obrigatório pode ser considerado Atividade Complementar, desde que previsto no Projeto Pedagógico do curso. No caso do curso de Turismo, o Estágio Não-Obrigatório está previsto como Atividade Complementar.

7.4 Trabalho de Conclusão de Curso

A Estrutura Curricular do Curso Graduação em TURISMO/CCHS/UFMS inclui a Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que se define como conjunto de atividades de vinculação entre formação teórica e início da vivência profissional, em que o estudante desenvolve um trabalho final, no qual deverá demonstrar domínio do objeto de estudo e capacidade de expressar-se, lucidamente, sobre ele, sob a orientação de um professor pertencente ao Quadro de Docentes. O TCC, da mesma forma, será normatizado por Regulamento específico. A regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso será definida em NDE e a ser aprovada pelo Colegiado de Curso do Curso de Graduação em TURISMO.

7.5 Atividades Complementares

A Estrutura Curricular do Curso de Graduação em TURISMO/CCHS/UFMS incluirá a realização de Atividades Complementares, aqui também definidas atividades enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando e deverão possibilitar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do acadêmico, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico, que serão reconhecidas mediante processo avaliativo de acordo com regulamento específico. As normas das Atividades Complementares estão definidas em seu Regulamento, aprovado pelo Colegiado de Curso.

As Atividades Complementares são práticas acadêmicas apresentadas sobre diferentes formatos, objetivando principalmente complementar o currículo pedagógico vigente; ampliar os horizontes do conhecimento; favorecer a tomada de iniciativa nos acadêmicos. Devem ser compreendidas como uma oportunidade de acesso ao conhecimento, idéias, problemas e metodologias, que possam ser agregadas à formação específica proporcionando ao acadêmico melhores resultados ao futuro desempenho científico e profissional.

O Curso de Graduação em TURISMO/CCHS/UFMS para expandir as experiências dos estudantes e garantir a dinamicidade do curso consolidando a sua formação, por meio de um currículo flexível e integrador, estabelece que as Atividades Complementares juntamente com o conjunto de disciplinas Tópico Especial Interdisciplinar serão momentos privilegiados de exercício da prática do futuro Bacharel em TURISMO. Decorrentes ou articuladas às disciplinas serão destinadas a promover uma melhor formação pessoal, humana, acadêmica e profissional aos acadêmicos. O objetivo das Atividades Complementares é incentivar os acadêmicos a adquirir e desenvolver atitudes, habilidades e competências que, por sua natureza, não seriam possíveis de adquiri-las no curso.

O desenvolvimento de Atividades Complementares é obrigatório e o acadêmico que não as cumprir, não poderá “colar grau”, devendo matricular-se novamente na disciplina no semestre seguinte. Algumas das atividades que podem ser computadas para as Atividades Complementares são: participação em eventos científicos, monitoria de ensino, Estágio Não-Obrigatório, Publicação de trabalhos científicos, entre outros.

7.6 Participação do corpo discente nas atividades acadêmicas

Os materiais pedagógicos utilizados nas disciplinas do Curso de Graduação em TURISMO/CCHS/UFMS serão elaborados com base nas ementas e bibliografias, aprovadas pelo Colegiado de Curso, utilizando-se de técnicas inovadoras. Dentre os métodos mais usados no ensino de administração destacam-se: aula expositiva, dialógica-expositiva, dinâmicas de grupos, ciclo de palestras, seminários, estudos dirigidos, resumo de leitura, estudo de casos (*cases*), filmes educativos e videotapes, discussão em grupo, jogos de empresa, seminários e simulação com computador, uso da internet, das redes sociais, visitas técnicas, pesquisa aplicada em lócus.

O Curso de Graduação em TURISMO/CCHS/UFMS oferece diversos recursos didáticos aos docentes, tais como: equipamentos multimídia (*datashow*, retroprojetor, televisão, som, tela de projeção), equipamentos de informática (computadores, *notebooks*, impressoras, *scanners*), equipamentos de telecomunicação (correio eletrônico, *internet wireless*), além das plataformas do *Moodle* para serem utilizadas pelos docentes e discentes nas disciplinas anunciadas semi-presenciais.

Esses instrumentos contribuem para tornar a aula mais agradável, manter a atenção do aluno e facilitar o processo de ensino e aprendizagem, tais como as demonstrações de esquemas ilustrados, vídeos, imagens, fotos, música entre outros. Este conjunto combinado de ferramentas didático-pedagógicas permite ao aluno o emprego da visão como um esquema complementar de aprendizagem. Os docentes são também orientados a utilizar métodos voltados tanto à educação presencial quanto à educação à distância (Ead), visando ampliar as possibilidades de acesso dos alunos ao conhecimento e estimular o papel ativo dos mesmos no sistema de aprendizagem.

Numa das disciplinas do conjunto de Tópico Especial Interdisciplinar, será desenvolvido um *software* específico para Jogos de Empresas, permitindo que os alunos, em equipes, tomem decisões frente a um conjunto de alternativas, variáveis, dados e informações advindas do mercado real. Para cada ação de um agente econômico simulado, os alunos deverão se posicionar, e, a cada decisão tomadas pelos alunos o *game* fornece uma outra reação.

Numa outra disciplina do mesmo conjunto, poderá ser desenvolvido um programa de Excel, um Simulador, no qual os alunos, igualmente em equipes, participam de negociações de ações de empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), formando um Portfólio de Ações, calculando os custos, emolumentos, corretagens referentes às negociações dos ativos. No final do período, as equipes vendem o portfólio formado anteriormente e calculam se obtiveram lucro ou prejuízo na transação dos ativos bursáteis.

7.7 Participação em atividades de monitoria de ensino

A Monitoria de Ensino de Graduação Voluntária está regulamentada pela Resolução COEG/UFMS n° 39 de 14 de abril de 2009, cujos principais objetivos são:

- Incentivar a participação do acadêmico nas atividades de ensino de graduação;
- Despertar no acadêmico o interesse pela docência e lhe assegurar uma formação profissional adequada;
- Contribuir com a qualidade do ensino de graduação;
- Contribuir para construção do projeto pedagógico do curso.

A seleção dos acadêmicos para as disciplinas é realizada pelos Departamentos, onde estão lotadas as disciplinas dos cursos, devendo cumprir no mínimo cinco horas semanais.

8 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS

O Curso de Turismo prevê a o desenvolvimento de materiais pedagógico para contribuir para o aprendizado do corpo discente nas diversas áreas de conhecimento do Turismo. Assim que houver a estrutura do Laboratório de Turismo, a mesma será utilizada para o desenvolvimento de estudos e práticas voltadas para aprimorar os conhecimentos recebidos. Enquanto de sua não existência, serão utilizados espaços, como salas de aula, biblioteca, etc.

9 INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Este Projeto Político Pedagógico dá significativa relevância aos avanços tecnológicos educativos, acreditando que essas ferramentas se apresentam como novo meio e condições para a produção de conhecimento, inovação e motivação no processo ensino-aprendizagem. A utilização de tecnologias modernas e de didáticas diversificadas pode, assim, otimizar a qualidade do processo formativo e da produção do conhecimento.

A proposta apresentada contempla um número significativo de disciplinas que podem ser ministradas com o apoio de Laboratórios de informática, equipados com *softwares* atualizados e adequados às finalidades dos conteúdos. Igualmente, é recomendado que as disciplinas, de um modo geral, façam uso freqüente de Tecnologias de informação (TI), notadamente, das Tecnologias de Comunicação (TC) e os recursos do Ensino a Distância (EAD) que se utilizam, sobremaneira, dos *Chats*, *Fóruns*, *Wikis*, *Correios Eletrônicos*, *vídeo-aula*, *vídeo-conferência*, dentre outros. A tecnologia de gestão da relação ensino-aprendizagem a distância, amplamente utilizada pelos cursos a distância da UFMS, começa a ser transferida para a modalidade presencial. Desta forma, os conteúdos devem ser disponibilizados em mídia digital.

Neste sentido, a Unidade 10 terá à disposição do Curso de Graduação em TURISMO/CCHS/UFMS um Laboratório de Informática, com 24 computadores, para que os alunos e professores interessados possam desenvolver suas atividades acadêmicas. Serão disponibilizados, ainda, recursos de informática para os projetos de pesquisa. Todas as dependências da Unidade 10 se encontram em ambiente *wireless* o que estimula os acadêmicos à utilização de computadores pessoais em sala de aula. Todas as salas de aula da Unidade 10 contam com os recursos de projeção via *datashows*.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto pedagógico do Curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS está pautado no atendimento das necessidades de um profissional em turismo, buscando atender as comunidades locais e o mercado em geral sob a lógica do planejamento e gestão de serviços, equipamentos e estruturas inerentes a atividade turística, buscando principalmente a conservação do meio natural e o respeito às diferentes culturas.

Diante do exposto, considera-se que este Projeto Político Pedagógico seja flexível, devendo ser avaliado e refletido constantemente para o seu contínuo aprimoramento, incorporando avanços no sentido de melhorar, ao longo do tempo, a formação do Bacharel em Turismo, pela UFMS, fazendo com que essa IES amplie a

sua função social, em especial no Estado de Mato Grosso do Sul, que carece de profissionais bem qualificados, na área da gestão da atividade turística.

Trata-se, portanto, de uma proposta educacional que não deve ser encarada como um fim em si mesmo, mas sim um meio de atingir os objetivos e aos desafios colocados ao longo deste corpo documento. Para tanto, este projeto deverá estar em permanente processo de aprimoramento, buscando incorporar avanços no sentido do desenvolvimento e ampliação das condições de ensino e da formação do profissional de turismo, sob a ótica da legitimidade, transparência e continuidade.

Este aprimoramento se pauta nas tendências da área bem como às normas do Sistema Nacional de Educação, Ministério da Educação e Cultura, Inep, Sesu, Conaes, Ministério do Turismo, Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR), e, principalmente, ao anseio da comunidade acadêmica local.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOAHA, V., BAUM, T. Tourism education: policy versus practice. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 1997. T

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Trad. de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre : Artes Médicas, 1989.

_____. *Repensando Ideologia e Currículo*. SILVA, Tomaz Tadeu e MOREIRA, Antonio Flávio (org.). Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. Lei N° 4.769/65, de 9 de setembro de 1965. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, Distrito Federal, 1965.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, Distrito Federal, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

DELORS, J. et al. *Educação - Um tesouro a descobrir*. Porto: Edições ASA, 1996.

DOLL, Jr. Willian E. *Currículo: uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Educação para a prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAMBOA, Silvio Sanches. *A Globalização e os desafios da Educação no Limiar de um Novo Século: um olhar desde a América Latina*. In LOMBARDI, Jose Claudinei (Org.). *Globalização, Pós-Modernidade e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados; Caçador, SC:UnC, 2001.

GIROUX, Henry A. *Teoria Crítica e Resistência em Educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. *O Pós - Modernismo e o Discurso da Crítica Educacional*. In SILVA, Tomaz Tadeu. *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós - Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOELDNER, C. R. The Evaluation of Tourism as an Industry and a Discipline, *Proceedings of the First International Conference for Tourism Educators*, University

of Surrey, Guildford, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Senso 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500270>

MELLO, Guiomar Namó. *Políticas Públicas de Educação*. Estudos Avançados, (Coleção Documentos, Série Educação para a Cidadania). São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados, dez, 1991.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Maria Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2000.

_____. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:UNESCO, 2000.

TRIGO, L. G. A importância da educação para o turismo. In: LAGE, B. H. G.; ILONE, P. C. (Orgs). *Turismo teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

ANEXOS

12.1 ANEXO I

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE TURISMO/ CCHS/ UFMS

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá buscar a integração entre as disciplinas existentes no currículo, composto por duas disciplinas (Trabalho de Conclusão de Curso I e II), com carga horária de 34 horas aula cada uma e podendo ser oferecida a partir do quinto semestre do curso.

Parágrafo único – A integração deverá ser amplamente estimulada pela coordenação de curso, professores e orientadores.

DOS OBJETIVOS

O objetivo geral do Trabalho de Conclusão de Curso é proporcionar ao acadêmico a oportunidade de desenvolver um trabalho técnico, estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade, integrando as dimensões teóricas e práticas do conhecimento, a partir da elaboração de trabalho voltado para a criação ou aprimoramento de atividades que contribuam para o objeto em estudo.

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Constituem-se, como etapas administrativas para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso:

I – Elaborar Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo único – O Projeto de TCC configura-se como uma intenção de pesquisa, organizado e desenvolvido com o objetivo de atender aos requisitos da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa e auxiliar o acadêmico na busca por professor orientador.

II – Apresentar ao professor orientador o Projeto de TCC.

III – Formalizar com professor vínculo de orientação.

IV – Elaborar em conjunto com o Orientador a Parcial de TCC para qualificação.

V – Apresentar a Parcial de TCC para qualificação perante banca examinadora.

VI – Apresentar o TCC final para banca examinador.

DO PROJETO DE TCC

O Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso será analisado pelo professor orientador e poderá ser rejeitado em parte ou no todo, quando:

I - não atender às especificações estabelecidas em normas internas da Coordenação de TCC;

II - não explicitar adequadamente as atividades programadas para o estudo;

III - as atividades programadas não condizerem com o universo de trabalho abrangido pela atividade profissional do Bacharel em Turismo;

IV - o Projeto de TCC deixar de especificar dados fundamentais para o processo de supervisão, acompanhamento e avaliação.

Em caso de rejeição parcial ou total do Projeto de TCC, o aluno deverá atender às modificações propostas ou elaborar outro projeto e submetê-lo

novamente ao professor dentro do prazo estipulado por ele, desde que não ultrapasse o cronograma estabelecido pelo Colegiado do Curso.

FORMALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO

Constituem-se, como procedimentos administrativos básicos para a formalização para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso:

I – Apresentar ao professor Projeto de TCC.

II – Formalizar vínculo de orientação por meio da “Ficha de Aceite de Orientação”.

DA ORIENTAÇÃO

A orientação tem como objetivo incentivar a produção de trabalhos técnico-científicos, obedecendo ao perfil profissiográfico proposto pelo Curso. O professor deve orientar o aluno para um resultado qualitativo e não quantitativo, que se aproxime ao máximo da realidade, considerando o Trabalho de Conclusão de Curso como a oportunidade de experimentar e tomar conhecimento, integrando as disciplinas do curso. O que exigirá do acadêmico uma visão ampla e interdisciplinar, como forma de adquirir maturidade pessoal.

O professor orientador é responsável pela orientação de metodologia, que deverá seguir a apresentação impressa conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e roteiro para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme modelo em anexo.

O professor orientador deverá estimular a criatividade, buscando novas propostas, comprometendo-se à prática da pesquisa, para o enriquecimento científico do Turismo.

§ 1º Para a eficiência da relação interdisciplinar o professor orientador deve incentivar o aluno a buscar apoio com docentes de áreas específicas que venham contribuir com o resultado final, sem ônus para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, não se abstendo de seu compromisso de orientador principal.

§ 2º O professor orientador e o aluno, na execução do trabalho, devem respeitar os princípios éticos, fazendo, sempre que necessário, uma discussão prévia do objetivo final do projeto.

Parágrafo único - Durante a elaboração do TCC, o aluno poderá solicitar à coordenação de curso, mediante justificativa, mudança de orientação.

DA PARCIAL DE TCC

A Parcial de TCC é resultado do trabalho realizado entre o acadêmico e seu orientador e deverá cumprir os requisitos mínimos exigidos quando apresentado em banca de qualificação.

O trabalho escrito deve conter, minimamente, os elementos textuais e pós-textuais:

- Capa
- Contra capa
- Sumário (pronto ou preliminar)
- Justificativa
- Objetivos
- Metodologia
- Fundamentação teórica (deverá conter no mínimo 1 capítulo e seus subcapítulos)
- Resultados e discussões (opcional, se houver)
- Referências.

Parágrafo único – A elaboração da Parcial de TCC, em cada etapa, deverá seguir o documento “Modelo de TCC”, anexo a esta resolução.

DA ELABORAÇÃO DO TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser desenvolvido individualmente, considerando ainda as implicações e exigências de um trabalho técnico-científico.

A Coordenação do Curso, juntamente com o Coordenador de TCC, colocará à disposição dos docentes um roteiro de elaboração de TCC que será utilizado como parâmetro para realização dos trabalhos, denominado “Modelo de TCC”, os quais deverão seguir critérios técnicos, de pesquisa, de criatividade, de qualidade e operacionalidade, que serão considerados como parâmetros para o desenvolvimento do Trabalho.

Parágrafo único - No decorrer da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno poderá utilizar os meios de comunicação, sobretudo a *internet*, para permanecer em contato com o professor orientador.

DOS FORMULÁRIOS

O curso adotará formulários próprios para o planejamento das atividades de Trabalho de Conclusão de Curso, supervisão, avaliação, controle e outros que se fizerem necessários para o bom desempenho administrativo e pedagógico.

Constituem-se, como formulários de organização das atividades relacionadas à elaboração de TCC:

- Ficha de Aceite de Orientação
- Ficha de Frequência de Orientação

Parágrafo Único - o professor orientador deverá acompanhar os trabalhos, preenchendo planilha específica onde constarão datas de reuniões, descrição de tarefas, faltas, orientações agendadas e demais ocorrências, devendo constar a assinatura do orientando.

- Modelo de TCC
- Ficha de Avaliação de Banca Examinadora

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do Trabalho de Conclusão de Curso será composta por:

- I - Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso;
- II - Professores Orientadores de Trabalho de Conclusão de Curso;

O Coordenador de TCC é o responsável pelo acompanhamento e evolução do Trabalho de Conclusão de Curso e o cumprimento das disposições contidas neste Regulamento. Cabe à Coordenação de TCC apresentar ao Colegiado do Curso, para apreciação e aprovação em reunião, o quadro de Orientadores.

Os docentes do curso são orientadores do Trabalho de Conclusão de Curso, sendo o quadro de orientadores firmados em reunião do Colegiado de Curso. O número de orientandos por orientador será definido pelo Colegiado do Curso.

DAS ATRIBUIÇÕES

Constituem atribuições administrativas básicas do Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso:

- I - elaborar e divulgar cronograma de atividades de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso;
- II - promover reuniões com professores orientadores;
- III - assessorar os alunos na resolução de assuntos pertinentes ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- IV - supervisionar as atividades de orientação;
- V - organizar e coordenar as bancas de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI - elaborar relatório semestral das atividades realizadas, encaminhando-o à Coordenação do Curso;
- VII - divulgar informações gerais e específicas sobre o Trabalho de Conclusão de Curso;
- VIII - propor alterações neste Regulamento;
- IX - desenvolver ações para o envolvimento do quadro docente do curso na Banca Examinadora.

Constituem atribuições básicas dos professores orientadores do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I - estimular a criatividade, buscando novas propostas, comprometendo-se à prática da pesquisa, para o enriquecimento científico do Turismo;
- II - observar a relação de comprometimento com o aluno, procurando orientar e acompanhar o desenvolvimento do trabalho, não descartando a responsabilidade do aluno, evitando que o mesmo submeta-se à dependência das orientações para trabalhar, deixando de se voltar às necessidades próprias de seu trabalho;
- III - sempre que necessário, incentivar o aluno a buscar apoio com docentes de áreas específicas que venham contribuir com o resultado final, não abstendo-se de seu compromisso de orientador principal;
- IV - respeitar os princípios éticos, fazendo, sempre que necessário, uma discussão prévia do objetivo final do projeto;
- V - assessorar o Coordenador de TCC nas atividades de planejamentos administrativos;
- VI - assessorar os alunos na elaboração do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso;
- VII - acompanhar a execução das atividades previstas no projeto do Trabalho de Conclusão de Curso;
- VIII- contribuir, tecnicamente, para a solução de problemas ou dúvidas que o aluno encontrar no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;
- IX - assessorar na identificação de recursos bibliográficos que se destinem à fundamentação de aspectos teóricos;
- X - orientar o aluno na confecção técnica e científica do Trabalho de Conclusão de Curso;
- XI - presidir as bancas de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- XII - seguir normas e procedimentos administrativos propostos pela Coordenação do Curso e a Coordenação do TCC;
- XIII - participar das reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC.

Constituem atribuições do orientando:

- I - formalizar sua participação no Trabalho de Conclusão de Curso, atento ao disposto em Calendário Acadêmico e seu Regulamento;
- II - cumprir as rotinas administrativas previstas neste Regulamento;

- III - comunicar formalmente à Coordenação do Curso (ou TCC) a desistência das atividades de Trabalho de Conclusão de Curso;
- IV - cumprir os cronogramas de atividades previstas no seu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso;
- V - comunicar alterações nas atividades programadas, apresentando as justificativas necessárias.
- VI - comunicar, por escrito, à Coordenação de TCC as dificuldades operacionais que encontrar para o cumprimento das atividades programadas;
- VII - manter postura ética e profissional com relação à Instituição de Ensino e a Organização em que realizar o Trabalho de Conclusão de Curso, se este for o caso;
- VIII - cumprir os horários estabelecidos pela Coordenação e orientação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- IX - cumprir o calendário de rotinas administrativas estabelecido pela Coordenação do TCC;
- X - contribuir para o aprimoramento do presente Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso.

Constituem atribuições básicas do Colegiado do Curso:

- I - analisar e aprovar os docentes indicados pelo Coordenador de TCC à função de professor orientador;
- II - interagir no processo pedagógico e administrativo, quando solicitado pelo Coordenador de TCC.

Constituem atribuições básicas do Coordenador do Curso:

- I - acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo Coordenador de TCC;
- II - acompanhar o processo de composição de Bancas Examinadoras;
- III - participar de reuniões de professores orientadores, quando solicitado pela coordenação de TCC.
- IV – reuniões com os acadêmicos orientados, quando necessário.

DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

Constitui-se como etapa do processo de avaliação da Disciplina de TCC a defesa em Banca Examinadora de TCC, com peso 10,0.

DA AVALIAÇÃO NA BANCA DE QUALIFICAÇÃO

A Banca de Qualificação tem caráter avaliativo, mas sem atribuição de nota ou conceito. Funciona como um instrumento de apoio e incentivo ao trabalho realizado, orientando o acadêmico a adequá-lo às normas estabelecidas e preparando-o para a defesa na Banca Examinadora de TCC.

A Banca de Qualificação será composta de três membros, ou seja, um presidente (orientador) e dois convidados.

Para a avaliação da apresentação serão considerados: Postura de apresentação – Linguagem vestuário, fala e entonação adequados para o momento; e, Adequação da apresentação oral com o trabalho escrito.

A apresentação deverá conter os seguintes itens:

1. Tema, orientando e orientador;
2. Justificativa;

3. Objetivos;
4. Metodologia;
5. Sumário;
6. Justificativa das fontes consultadas;
7. Resultados parciais (opcional);
8. Dificuldades encontradas e esperadas.

Para auxiliar na avaliação do trabalho escrito Parcial de TCC a banca examinadora poderá se valer dos itens abaixo:

1. Delimitação do tema
2. Relevância da pesquisa
3. Definição adequada dos objetivos
4. Adequação da metodologia
5. Fundamentação teórica
6. Resultados preliminares

DOS REQUISITOS PARA DEFESA NA BANCA EXAMINADORA DE TCC

Constituem-se, como requisitos essenciais para submissão do Trabalho de Conclusão de Curso para Banca Examinadora de TCC:

1. Ficha de Frequência de Orientação – devidamente preenchida e assinada pelo orientador.
2. Apresentação da Parcial de TCC em Banca de Qualificação.

DA AVALIAÇÃO NA BANCA EXAMINADORA DE TCC

A Banca Examinadora de TCC será composta por três membros, ou seja, um presidente (orientador) e dois convidados.

O Coordenador de TCC deverá indicar, juntamente com o orientador, um substituto caso a Banca Examinadora não integre o número exigido.

A nota final do Trabalho de Conclusão de Curso será a média ponderada das notas do professor orientador e dos convidados, individualmente registradas na Ficha de Avaliação Individual de Trabalho De Conclusão de Curso, com peso 10.0 (dez).

A Banca Examinadora emitirá um parecer por escrito e uma nota oriunda da média aritmética dos participantes e será registrada na Ficha de Avaliação Final de Trabalho de Conclusão de Curso.

Dos critérios de avaliação da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso:

1. Relevância e delimitação do tema;
2. Desenvolvimento ordenado e lógico;
3. Adequação dos objetivos;
4. Técnica de coleta de dados;
5. Registro e tabulação dos dados;
6. Análise e interpretação dos dados;
7. Clareza de raciocínio;
8. Gramática e ortografia;
9. Normas técnicas.

O Orientador deverá considerar em sua avaliação:

1. O processo de trabalho (desenvolvimento do trabalho e evolução das etapas principais);
2. A participação do aluno (comprometimento com a atividade, consciência e responsabilidade no desenvolvimento do trabalho);
3. O resultado do trabalho (qualidade técnica, relação entre o trabalho realizado e o objetivo pretendido e sua adequação para defesa em banca examinadora).

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá seguir os roteiros fornecidos pelo Curso e a apresentação escrita deverá seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em 3 (três) vias de igual teor e sua aprovação ocorrerá conforme descrito em artigo específico deste regulamento. Os prazos para produção, entrega, apresentação e encadernação seguirão cronograma divulgados pelo Coordenador de TCC, após aprovação em Colegiado de Curso.

Para aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso o aluno deverá ter cumprido as exigências de frequência e retorno de atividades de redação e orientação, firmadas com o professor orientador, tanto na disciplina de TCC I quanto na disciplina de TCCII. Para comprovar o acompanhamento efetivo das atividades de orientação, será utilizada a ficha de frequência de orientação.

Para se submeter à Banca Examinadora o aluno deverá ter a autorização do orientador do Trabalho de Conclusão de Curso.

A critério do professor orientador, com anuência do Coordenador de TCC, poderão ser convidados empresários, autoridades públicas, docentes de outros cursos ou instituições de ensino para comporem a Banca Examinadora.

Os resultados das avaliações realizadas pelos componentes da Banca Examinadora serão registrados em documentos próprios do curso que serão arquivados na Coordenação de TCC.

O aluno que estiver legalmente impossibilitado de comparecer na data marcada, para a apresentação de seu trabalho à Banca Examinadora, deverá justificar-se até 3 (três) dias úteis após a data de defesa, através de apresentação de documentos comprobatórios da impossibilidade, requerendo nova data para a referida apresentação.

O aluno que não se submeter à Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso estará automaticamente reprovado.

O processo de apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso perante a Banca Examinadora será aberto ao público.

Os casos omissos que surgirem no decorrer dos trabalhos da Banca Examinadora, por falha decorrente de interferências externas, dificuldade em aspecto acadêmico ou qualquer caso não previsto neste Regulamento será dirimido pelo Colegiado do Curso.

Parágrafo único- A reunião do Colegiado do Curso (se necessário) será realizada até 5 (cinco) dias úteis após a realização da última Banca Examinadora, dando um parecer final referente à nota, que será transcrito em ata assinada por todos os seus componentes.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O prazo de vigência da função de professor orientador do Trabalho de Conclusão de Curso por campo de atividade profissional coincide com o término do

ano letivo, podendo ser renovado por períodos subseqüentes, desde que atenda as exigências administrativas e educacionais estabelecidas pela Coordenação do Curso.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador de TCC, ouvidas a Coordenação do Curso e o Colegiado do Curso.

12.2 ANEXO II

REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO/ CCHS/ UFMS

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

Conforme apresentado na Resolução N^o155, Coeg de 11 de setembro de 2009, a Comissão de Estágio (COE) será composta pelo Coordenador do Curso, como membro nato; e por, no mínimo, três docentes pertencentes à Carreira do Magistério Superior da UFMS, do quadro permanente da Unidade Setorial Administrativa, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução por igual período. A COE deverá ter em sua composição, representantes discentes, não excedendo 1/5 (um quinto) do total de membros docentes, indicado pelo órgão representativo estudantil, por período de um ano letivo, podendo haver uma recondução por igual período. A COE escolherá o seu presidente entre seus membros docentes, cuja designação deverá ser feita pelo Conselho de Centro/Campus ou Congregação respectiva, cujo mandato será correspondente à vigência do mandato da COE.

A COE se reunirá mensalmente para discutir e avaliar a política de estágio e extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

De acordo com A Resolução N^o 155 da Coeg de 11 de setembro de 2009, entende-se por:

- Estágio obrigatório: aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cujo cumprimento da carga horária é requisito para a integralização do curso;
- Estágio não-obrigatório: é aquele de natureza opcional, com a finalidade de complementar os conhecimentos teóricos do acadêmico.

2 OBJETIVOS DOS ESTÁGIOS: OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO

2.1 Objetivo Geral

O estágio em Turismo tem como objetivo possibilitar ao acadêmico exercício da prática, tendo como base os conhecimentos adquiridos no curso de graduação, contando com a orientação de um Professor Orientador da UFMS e Supervisor de Estágio, de acordo com a área escolhida, promovendo assim, a interação entre aprendizagem acadêmica e a experiência prática.

2.2 Objetivos Específicos

- Aplicar na prática os conhecimentos técnicos aprendidos no curso;
- Oportunizar o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à atuação nos setores turísticos e/ou ambientais;
- Conhecer a filosofia, diretrizes e funcionamento das empresas, órgãos públicos e entidades não governamentais, avaliando e identificando-se com o futuro campo de trabalho;
- Possibilitar a busca de alternativas próprias para a realidade vivenciada;
- Desenvolver a reflexão teórica sobre a prática necessária, para que se consolide a formação do profissional em Turismo;
- Vivenciar o pluralismo existente nos diversos setores de estágio.

3 CARGA HORÁRIA

O Estágio Obrigatório poderá somente ser cursado a partir do momento em que o acadêmico integralizar 1250 horas/aula em disciplinas (devidamente aprovado em todas) do curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS.

O Estágio Obrigatório é dividido em 02 disciplinas (Estágio Obrigatório I e Estágio Obrigatório II) com carga horária de 34 horas aula cada uma e podendo ser oferecida a partir do quinto semestre do curso.

Para considerar aprovado em cada disciplina de estágio, o acadêmico terá que cumprir pelo menos 150 (cento e cinquenta) horas de atividades práticas em um determinado local (devidamente conveniado com a UFMS) e ter alcançado a nota mínima exigida na avaliação do Relatório de Estágio.

Para cursar a Disciplina Estágio Obrigatório I, não se considera pré-requisito a conclusão da Disciplina Estágio Obrigatório II. De qualquer forma, por ser considerada uma disciplina, quando o acadêmico não cumprir a carga horária total desse regulamento, será reprovado na disciplina.

Ainda, considera-se necessário que durante o curso de graduação em TURISMO/ CCHS/ UFMS o acadêmico terá que desenvolver suas atividades de estágio obrigatório em pelo menos duas áreas distintas (item 04 do presente documento). Tal condição fundamenta-se no tratamento diferenciado, resultante de especificidades relativas à própria área do Turismo.

Farão parte do rol dos docentes orientadores de estágio todos aqueles que ministrarem disciplinas nas áreas ou sub-áreas do estágio (item 04 do presente documento), sendo casos omissos devidamente avaliados pela Comissão de Estágio-COE. Demais docentes do curso também poderão orientar estágios, desde que devidamente aprovados pela Comissão de Estágio-COE. Aos docentes orientadores de estágio, fica definido que terão atribuído à sua carga horária, 02 horas/aula por semana como carga horária específica de orientação de estágio.

O Estágio Não-Obrigatório não exige do acadêmico execução de carga horária definida, tampouco momento ideal de sua consecução. O acadêmico deverá, porém, comprometer-se com todas as questões burocráticas inerentes à prática de Estágio. Toda carga horária referente à execução de Estágio(s) Não-Obrigatório(s) poderá ser convertida em Horas de Atividades Complementares do Curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS, de acordo com o Regulamento de Atividades Complementares, ou, ainda, em horas de estágio obrigatório, desde que tenha atendido a todas as exigências para estágio obrigatório, após avaliação e aprovação por parte da Comissão de Estágio-COE.

4 CAMPOS DE ESTÁGIO

As atividades de Estágio Obrigatório, bem como Não Obrigatório deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas de atuação: Agenciamento; Transporte; Alimentos e Bebidas; Eventos; Animação e Recreação; Planejamento e Organização do Turismo; e, Meios de Hospedagem.

Os Estágios também poderão ser desenvolvidos nas sub-áreas: Patrimônio Histórico Cultural; Atrativos Turísticos; Turismo e Meio Ambiente; Marketing, Relações Públicas e Publicidade; Gestão Pública.

Caso a área de interesse de realização de estágio não esteja contemplada no item 04 do presente documento, caberá a Comissão de Estágio-COE decidir pelo deferimento ou não de liberação de execução das atividades.

5 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ESTAGIÁRIO

O Estágio Obrigatório, bem como o Estágio não Obrigatório fundamentam-se em atividades de observação do contexto da organização em que o acadêmico desenvolve suas funções de estagiário, com envolvimento participativo e ético nas ações de ocorrência dentro do local de estágio, considerando constante preenchimento de formulário, que nortearão o processo de construção do relatório final de atividades de estágio, a ser apresentado quando da execução do mesmo.

6 FORMAS DE SUPERVISÃO

A Supervisão dos Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório será feita de forma direta pelo Supervisor na Empresa e indireta pelo Orientador de Estágio, através da apresentação dos relatórios de progresso, com anuência final da Presidência da Comissão de Estágio-COE.

7 ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO PROFESSOR ORIENTADOR, DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO E DO ESTAGIÁRIO NAS MODALIDADES OBRIGATÓRIA E NÃO-OBRIGATÓRIA.

7.1 Atribuições e Responsabilidades do Professor Orientador

O Professor Orientador do Estágio é indicado pela Comissão de Estágio-COE do Curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS, devendo, obrigatoriamente, ser professor do curso, e a ele compete:

- Orientar os acadêmicos na escolha da área e campo de Estágio;
- Fornecer ao acadêmico sob sua supervisão a documentação pertinente ao Estágio;
- Verificar e conferir a documentação exigida para o início do Estágio;
- Verificar a existência de convênio formado com a empresa de interesse, especificamente quando se tratar de Estágio Obrigatório;
- Participar de reuniões, quando convocado pela COE;
- Orientar a elaboração de Planos de Atividades do Estagiário;
- Indicar fontes de pesquisa e de consulta necessárias à solução das dificuldades encontradas;
- Acompanhar, orientar e avaliar estagiários;
- Visitar o local de Estágio, esporadicamente, sem prévio aviso;
- Exigir da concedente de estágio e do estagiário, os Relatórios Parciais e Finais de Atividades;
- Encaminhar à COE os Relatórios Parciais e Finais de Atividades;
- Emitir relatório circunstanciado quando houver indício de desvirtuamento do estágio, e encaminhar à COE.

7.2 Atribuições e Responsabilidades do Supervisor de Estágio

A supervisão de estágio compreende acompanhamento direto do acadêmico na prática de suas atividades no local do estágio, durante o período integral de sua realização.

O Supervisor de Estágio deverá ter preferencialmente formação ou experiência profissional na área de conhecimento ou afim ao curso do estagiário, definida pelo Regulamento de Estágio do curso.

7.3 Atribuições e Responsabilidades do Estagiário

Ao acadêmico estagiário compete:

- Buscar, dentre as empresas conveniadas, uma que lhe interessar para a prática do Estágio. Em caso de não existência de Acordo de Cooperação firmado, solicitar à COE que pleiteie Acordo de Cooperação em tempo favorável;
- Buscar informações de vagas, com orientação da COE;
- Providenciar carta de apresentação do estagiário, para que a mesma seja submetida ao Supervisor de Estágio e entregar uma via de referida carta protocolada pela empresa, como forma de aceite do estagiário;
- Preencher o Termo de Compromisso em três vias, e elaborar o Plano de Atividades do Estagiário, assessorado pelo Professor Orientador e pelo Supervisor de Estágio. O acadêmico deverá entregar o Termo de Compromisso e o Plano de Atividades do Estagiário à COE, devidamente preenchido e assinado.
- Cumprir rigorosamente as etapas previstas para a realização do Estágio;
- Cumprir as normas, os cronogramas e os horários pré-estabelecidos pelo Professor Orientador e Supervisor de Estágio;
- Comunicar ao Professor Orientador as alterações nas atividades programadas, apresentando as justificativas necessárias, em nível pessoal e da organização;
- Manter comportamento ético na realização do Estágio, respeitando as normas internas e decisões administrativas e político-institucionais da organização em que se estagia;
- Comunicar, por escrito, ao Professor Orientador as dificuldades operacionais que encontrar na organização para o cumprimento das atividades previstas;
- Empenhar-se na busca e assessoramento necessários ao desempenho de suas atividades;
- Auto-avaliar seu comportamento e procedimentos constantemente;
- Comparecer nos dias e horários marcados e fixados em edital pela Coordenação do Estágio;
- Preencher relatórios conforme cronograma e determinação do Professor Supervisor, bem como da Coordenação de Estágio;
- Participar dos encontros estabelecidos para orientação e acompanhamento dos Estágios, bem como realizar as tarefas que lhes forem atribuídas pelo Professor Supervisor;
- Primar pela pontualidade, assiduidade, organização, planejamento, gentileza e higiene pessoal, entre outros atributos indispensáveis ao estagiário;
- Cumprir integralmente as normas estabelecidas neste regulamento.

8 CRITÉRIOS E METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ESTAGIÁRIO

O acadêmico deverá preencher e entregar para o Professor Orientador os Relatórios Parciais (de progresso) e Final de Atividades, considerando que:

- Relatórios Parciais de Atividades do acadêmico devem ser elaborados e entregues ao final de cada 50 horas de Estágio concluídas, ou em intervalo menor, se solicitado pelo Professor Orientador de Estágio. Esse mesmo relatório parcial contará com campo específico para o Supervisor de Estágio na empresa, caso o mesmo queira manifestar-se.
- A ausência de Relatórios Parciais de Atividades inviabilizará o aproveitamento do Estágio, mesmo que o acadêmico venha a entregar o Relatório Final.

Ainda, de acordo com o Anexo da Resolução nº 155, Coeg, de 11 de setembro de 2009, deverá ser considerado que:

- A concedente de estágio poderá preencher campo específico do Relatório Parcial entregando-o ao Professor Orientador, em modelo próprio fornecido pela COE.
- Por ocasião do encerramento do estágio, a concedente de estágio deverá entregar a Avaliação Final juntamente do Relatório Final do acadêmico, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

Com relação à avaliação do Estágio Supervisionado, a mesma deverá considerar os seguintes aspectos, além dos previstos pela Instituição:

- Desempenho nas atividades promovidas e/ou solicitadas pelo Professor Orientador, assim como pelo Supervisor na Empresa;
- Avaliação dos trabalhos solicitados: através da apresentação das fichas, projetos e/ou relatórios devidamente preenchidos obedecendo as normas técnico-científicas estabelecidas e prazos estipulados;
- A entrega da documentação na data solicitada pelo Professor Orientador do Estágio;
- Apresentação de comprovante de 150 horas de estágio cumpridas em cada uma das disciplinas, de forma a se totalizar 300 horas de estágio até o final do curso de graduação em Turismo.

Para avaliação do relatório final serão considerados os seguintes critérios:

- Cumprimento de cronograma proposto pelo Professor Orientador do Estágio;
- Apresentação de relatório final de cada disciplina até o último dia letivo do semestre;
- Cumprimento de todas as etapas previstas nos roteiros de trabalhos;
- Observação do referencial teórico utilizado para a fundamentação do relatório final do Estágio Supervisionado e projeto de ação;
- Apresentação da proposta de ação (opcional).

Eventuais faltas do estagiário às atividades previstas deverão ser repostas em dias e horários estabelecidos entre as partes, para que se possa atingir o cumprimento total da carga horária exigida.

Com relação aos acadêmicos que já desempenham profissionalmente funções administrativas, gerenciais ou de planejamento em empresas nas áreas citadas, com carteira de trabalho assinada e que no período em que se exige o cumprimento do Estágio já tenham passado do período probatório de 90 (noventa) dias trabalhados (período de experiência previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT), poderão solicitar à Comissão de Estágio-COE que sejam validadas suas atividades como estágio obrigatório, sendo essa Comissão a responsável por deferir ou não o pedido, atendendo a critérios previamente estabelecidos.

Para a avaliação da solicitação de convalidação e aproveitamento de atividades profissionais em exercício, para fins de cumprimento das exigências do estágio, no prazo estabelecido pelo Presidente da Comissão de Estágio-COE o acadêmico deve apresentar:

- Declaração oficial da empresa onde exerce atividades profissionais, dirigida ao Presidente da COE e Orientador de Estágio, em papel timbrado, devidamente assinado (com firma reconhecida) pelo representante legal da empresa, relacionando o cargo e as funções desempenhadas pelo aluno;
- Relatório Final do Estágio seguindo estrutura estabelecida neste regulamento;
- Projeto de ação (opcional) conforme estabelecido neste regulamento;

- O pedido de convalidação é examinado pela Comissão de Estágio-COE, que emite seu parecer para a aprovação do Coordenador do curso;

Se a convalidação for indeferida, o acadêmico deverá cumprir as atividades relativas ao Estágio.

9 NORMAS DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO NAS MODALIDADES OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO

No relatório final do Estágio Supervisionado, seja ele na modalidade Obrigatória ou Não-Obrigatória, devem estar constadas as experiências vivenciadas pelo acadêmico ao longo do Estágio, sendo que a parte inerente à(s) proposta(s) de ação (ões) deve ser composta de proposição de melhorias, criação e/ou modificação das práticas administrativas da unidade concedentes, sistematizado da seguinte forma:

1. Capa;
2. Folha de Rosto;
3. Errata (opcional);
4. Dedicatória (opcional);
5. Agradecimentos (opcional);
6. Epígrafe (opcional);
7. Resumo na Língua Vernáculo;
8. Resumo em Língua Estrangeira (opcional);
9. Lista de Ilustrações (opcional);
10. Lista de Tabelas (opcional);
11. Lista de Abreviaturas e Siglas (opcional);
12. Lista de Símbolos (opcional);
13. Sumário
14. Introdução: a) Identificação da Organização Estagiada (Razão Social, CGC/MF, Inscrição Estadual, Registro na EMBRATUR, Nome fantasia, Endereço completo, dados de proprietário(s) e supervisor(es) de estágio; b) Breve discussão sobre o tema/área de concentração em que se desenvolverá o trabalho do estágio; c) Justificativa (destacar as razões práticas e/ou teóricas e a motivação pela escolha da área de estágio e empresa); d) Definição dos Objetivos do estágio (geral e específicos);
15. Desenvolvimento. Deverá contemplar:
 - Referencial bibliográfico concernente à área de atuação escolhida para estágio;
 - Contextualização da Empresa ou Organização:
 - Evolução histórica até sua organização atual;
 - Infraestrutura física atual;
 - Infraestrutura administrativa (com organograma);
 - Serviços prestados ao cliente;
 - Descrição das atividades desenvolvidas no setor ou por setor;
 - Funções do setor (citar as funções do setor e uma breve descrição de todas as atividades desenvolvidas);

- Infraestrutura do setor (recursos materiais- citar nome do setor e relacionar os recursos materiais disponíveis);
 - Atividades desenvolvidas pelo acadêmico no setor;
 - Conhecimentos técnicos adquiridos;
 - Aspectos positivos, limitantes e sugestões administrativas;
16. Proposta(s) de ação(ões). Deverá (ão) conter:
- Definição da(s) proposta(s);
 - Operacionalização;
 - Ações/ Etapas;
 - Cronograma;
 - Orçamento (quando possível);
 - Comprovação da viabilidade (quando possível);
17. Conclusão. Deverá conter: Auto-avaliação de desempenho (No tempo dedicado ao Estágio; Na busca de leitura e/ou especialistas; Na busca de orientações; Na interação profissional com o agente formador; Iniciativas que teve em campo de Estágio ou a partir dele; Sugestões; Na atitude científica de honrar o agente formador; Referência ao alcance dos indicadores- objetivos.)
18. Referências;
19. Glossário (opcional);
20. Apêndice(s) (opcional);
21. Anexo(s) (Anexar documentação referente ao estágio, como termos etc.).

O acadêmico deverá encaminhar ao Professor Supervisor, até a data estabelecida em calendário, 02 (duas) cópias de seu trabalho de Estágio (ficando uma para o Professor Orientador e outra Arquivada junto à COE, no prontuário de Estágio do Acadêmico).

10 SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Cabe ao Professor Orientador de Estágio, contato pleno com o Supervisor de Estágio ou Organização concedente de Estágio, de forma a manter aproximação com as atividades desenvolvidas pelo acadêmico.

Ainda, orientações devem ser agendadas com certa constância, de acordo com necessidades, pelo Orientador, para que possam ser discutidas e analisadas etapas de cumprimento das atividades estabelecidas.

Considerando que cada bloco da disciplina de Estágio Corresponde a 100 horas atividade, o acadêmico deverá apresentar a seu Professor Orientador Relatório Parcial de atividades a cada 50 horas, assim como Relatório Final ao término das 100 horas.

Assim, visitas e contatos com a Organização, participação de Orientações, Relatórios Parciais e Finais servirão de subsídio para aprovação ou não do acadêmico na disciplina. Com relação aos Estágio Não-Obrigatórios, embora seja necessária providências burocráticas, as mesmas não servirão de instrumento de aprovação ou reprovação.

12.3 ANEXO III

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE TURISMO/ CCHS/ UFMS

Atividades complementares são um conjunto de atividades desenvolvidas pelos acadêmicos, que irão compor a carga horária de uma disciplina de 34 horas aula, prevista no currículo pleno do curso. O total de horas das Atividades Complementares é aproveitado de acordo como este regulamento específico. Ao aluno concluinte das atividades complementares é atribuído o resultado final de aprovado ou reprovado, a ser consignado em seu Histórico Escolar. A responsabilidade pelo acompanhamento e cumprimento das atividades complementares deve ser de, pelo menos, um professor com aprovação do Colegiado de Curso.

REGULAMENTO

I - DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Artigo 1º. Este regulamento disciplina o cumprimento das Atividades Complementares de que trata a Resolução CNE/CES N° 4 de 13 de Julho de 2005.

Artigo 2º. As Atividades Complementares têm por objetivo específico o aprimoramento técnico, científico, cultural e social, visando a formação global do acadêmico, e possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, quando estes alargará o seu currículo com experiências e vivências acadêmicos;

Artigo 3º. As Atividades Complementares fazem parte da estrutura curricular do Curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS, modalidade Bacharelado.

Artigo 4º. As Atividades Complementares incluem atividades afins, realizadas na própria Instituição ou em outra qualquer, consideradas relevantes para a formação do aluno, cujo cumprimento deve ser feito de acordo com este regulamento.

II - DA ABRANGÊNCIA

Artigo 5º. As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas pelos acadêmicos do Curso, a partir de seu ingresso na Universidade, desde que devidamente autorizadas pelo Colegiado de Curso.

Artigo 6º. As Atividades Complementares serão atribuídas, enquanto disciplina, mediante solicitação do Colegiado de Curso, ao Coordenador de Curso, para os acadêmicos a partir do quinto semestre do Curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS, o qual ficará responsável pela Ata Final.

Artigo 7º. A tipologia das Atividades Complementares abrange:

- Participação em eventos;
- Atividades sócio-culturais;
- Cursos de Extensão;
- Publicações em Eventos Científicos e Revistas;
- Projetos de Iniciação Científica;
- Trabalhos Voluntários;
- Estágio não Obrigatório;
- Disciplinas em outros cursos de graduação;
- Visitas Técnicas;
- Monitoria; e,

- Demais atividades, desde que aprovadas pelo colegiado do curso.

Artigo 8º. A carga horária das Atividades Complementares, na estrutura curricular do Curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS é de 86 (oitenta e seis) horas.

III - DOS PROCEDIMENTOS

Artigo 9º. A responsabilidade pelo acompanhamento e cumprimento das Atividades Complementares deve ser do Coordenador de Curso.

Artigo 10º. Toda proposta de Atividade Complementar deverá ser apreciada pelo Colegiado de Curso, mediante apresentação de documentação hábil pelos discentes ou pelos docentes.

Artigo 11º. Compete ao Coordenador de Curso orientar os acadêmicos para a realização das Atividades Complementares, bem como supervisionar o cumprimento da carga horária, mediante o recebimento dos comprovantes originais ou cópia autenticada da participação dos acadêmicos.

Artigo 12º. A partir da primeira série do Curso, os alunos serão informados, pelo Coordenador, sobre a necessidade de realização das Atividades Complementares.

IV - DA AVALIAÇÃO

Artigo 13º. Para o cumprimento da carga horária das Atividades Complementares será computada as cargas horárias constantes nos documentos apresentados pelos acadêmicos compreendidos no período destinado à integralização curricular do Curso de TURISMO/ CCHS/ UFMS.

Artigo 14º. Ao aluno concluinte das Atividades Complementares é atribuído o resultado final de Aprovado ou Reprovado.

V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 15º. Cabe aos acadêmicos buscar condições para o cumprimento das Atividades Complementares.

Artigo 16º. As questões omissas neste Regulamento serão encaminhadas ao Colegiado de Curso.